

Luísa Schmidt, Ana Horta, João Guerra  
Julho 2025

# Crise Climática

*Perceções Públicas  
e Prioridades em Portugal*



Friedrich  
Ebert   
Stiftung

## **Editora**

Fundação Friedrich Ebert  
Representação em Portugal  
Av. Sidónio Pais 16 1º Dto  
1050-215 Lisboa  
[↗ portugal.fes.de](http://portugal.fes.de)

## **Contacto**

info.portugal@fes.de

## **Autores**

### **Luísa Schmidt**

É socióloga e investigadora coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Integra a Comissão Científica do Programa Doutoral em *Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável*. Desenvolve investigação nas áreas do ambiente e das alterações climáticas.

### **Ana Horta**

É socióloga e investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde integra o grupo de investigação SHIFT: Ambiente, Território e Sociedade. Desenvolve investigação nas áreas da transição energética e climática e da Sociologia da Comunicação.

### **João Guerra**

É sociólogo, investigador associado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor convidado no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Em ambas as instituições, desenvolve investigação e docência nas áreas da Sociologia do Ambiente e da Sustentabilidade.

## **Apoio**

João Carlos Sousa e Sérgio Pereira

## **Responsabilidade pelo conteúdo e edição**

Luise Rürup, Representante Legal da Fundação Friedrich Ebert em Espanha e Portugal  
Fabian Schmiedel, Diretor de Escritório da Fundação Friedrich Ebert em Portugal

## **Contacto**

Fabian Schmiedel  
fabian.schmiedel@fes.de

## **Design/Diagramação**

Ricardo Torres, Kardo Atelier  
[↗ kardo.net](http://kardo.net)

## **Fotografia da capa**

Alexander Mils, Unsplash  
[↗ alexandermils.art](http://alexandermils.art)  
[↗ unsplash.com](http://unsplash.com)

## **Impressão e produção**

Gráfica Simões & Gaspar  
[↗ simoegaspar.pt](http://simoegaspar.pt)

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as posições da Friedrich-Ebert-Stiftung e.V. (FES). O uso comercial dos meios publicados pela Fundação Friedrich Ebert não é permitido sem o consentimento por escrito da Fundação Friedrich Ebert.

As publicações da FES não podem ser utilizadas para fins de campanhas eleitorais.

Julho 2025

© Friedrich-Ebert-Stiftung e.V.

Outras publicações da Friedrich-Ebert-Stiftung estão disponíveis em alemão e em inglês em:

[↗ www.fes.de/publikationen](http://www.fes.de/publikationen)

# Índice

Introdução e Metodologia . . . . .	5
1. Problemas, Prioridades e Políticas Públicas . . . . .	8
2. Informação, Desinformação e Dilemas . . . . .	23
3. Transição Energética: relevância e adesão. . . . .	27
Notas Conclusivas e Recomendações . . . . .	33
Referências Bibliográficas . . . . .	35

# Índice de Quadros e Figuras

Quadro 1	Breve descrição dos <i>Sinus-Meta-Milieux</i> . . . . .	6
Figura 1	Sistema de coordenadas dos <i>Sinus-Meta-Milieux</i> — estatuto social e valores básicos . . . . .	7
Figura 2	Temas que mais deveriam preocupar os responsáveis políticos em Portugal (%) . . . . .	8
Figura 3	Principais desafios para a conservação dos meios de subsistência (%) . . . . .	9
Figura 4	AC e emissões nocivas para o clima entre os <i>milieux</i> (%) . . . . .	10
Figura 5	Relevância das AC para os portugueses (%) . . . . .	10
Figura 6	Proporção dos <i>milieux</i> que atribuem maior importância às AC. . . . .	11
Figura 7	A premência das AC (%) . . . . .	11
Figura 8	Exagero das AC por <i>milieu</i> (%) . . . . .	12
Figura 9	Consequências mais graves das AC em Portugal (%) . . . . .	13
Figura 10	Afirmações sobre proteção do ambiente e do clima (1.ª parte) . . . . .	14
Figura 11	Afirmações sobre proteção do ambiente e do clima (2.ª parte) . . . . .	15
Figura 12	Proteção ambiental e mudança social (%) . . . . .	16
Figura 13	Necessidade de mudanças na economia e nos estilo de vida (%) . . . . .	16
Figura 14	Adesão social às políticas climáticas (%) . . . . .	17
Figura 15	Avaliação da contribuição de diferentes atores para combater os impactos das AC (%) . . . . .	18
Figura 16	Atores mais relevantes para superar a crise ambiental e climática (%) . . . . .	19
Figura 17	Prioridades na proteção ambiental (%) . . . . .	20
Figura 18	Níveis de interesse dos portugueses pelo tema das AC (%) . . . . .	23
Figura 19	Nível de informação sobre medidas políticas para uma economia mais respeitadora do ambiente e do clima (%) . . . . .	23

# Índice de Quadros e Figuras

Figura 20	Nível de informação sobre medidas económicas mais respeitadoras do ambiente e do clima por <i>milieu</i> (%) . . . . .	24
Figura 21	Clareza das medidas políticas para uma economia mais ecológica (%) . . . . .	25
Figura 22	Nível de conhecimento declarado sobre questões ecológicas e problemas ambientais (%) . . . . .	25
Figura 23	Uma maior proteção do ambiente também significa mais qualidade de vida e saúde para todos . . . . .	25
Figura 24	Uma maior proteção do ambiente também significa mais qualidade de vida e saúde para todos por <i>milieu</i> (%) . . . . .	26
Figura 25	Transição Energética local e participação cívica ativa (%) . . . . .	27
Figura 26	Possibilidade de produção própria de energia (%) . . . . .	27
Figura 27	Possibilidade de produção própria de energia por <i>milieu</i> (%) . . . . .	28
Figura 28	Recusa da possibilidade de produção própria de energia por <i>milieu</i> (%) . . . . .	29
Figura 29	Adesão social à instalação de parques solares e eólicos se houver benefícios para a comunidade (%) . . . . .	29
Figura 30	Estratégias para obter conforto térmico/aquecimento em casa (%) .	30
Figura 31	Relevância estratégica atribuída às energias renováveis perante a guerra da Ucrânia (%) . . . . .	30
Figura 32	Potenciais consequências da transição para as energias renováveis . . .	31
Figura 33	Temas que despertam mais interesse (%) . . . . .	32



# Introdução e Metodologia

Nas últimas décadas, o problema das Alterações Climáticas (AC) tem vindo a ganhar relevância crescente, tornando-se uma prioridade transversal nas sociedades contemporâneas. A força dos seus impactos gera uma apreensão social que perpassa fronteiras, ainda que não garanta uma inequívoca aceitação social das políticas climáticas (Smith & Bognar, 2019; Guerra et al., 2020). Como deve, então, ser concretizada a transição para uma sociedade mais sustentável que garanta um caminho para a neutralidade climática? Que preocupações e expectativas podem potenciar tal mudança e como se espelham elas no quotidiano, nos valores e nas atitudes dos diversos grupos sociais? O que está por detrás da centralidade que o tema granjeou nos últimos tempos, em particular, na sociedade portuguesa?

Para garantir que as necessárias reformas tenham um amplo apoio, é fundamental conhecer os posicionamentos dos diversos grupos sociais nos diferentes países. Nessa ótica, a Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) promoveu a aplicação de um inquérito em 2023, levado a cabo pelo Instituto SINUS em dezanove países (i.e., Canadá, Croácia, Chéquia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Polónia, Portugal, Reino Unido, Roménia, Sérvia, Eslováquia, Suécia e Turquia).

Contando com uma amostra representativa de cada país, foram inquiridas 22 823 pessoas entre os 18 e os 69 anos, que responderam a questões diversas e abrangentes sobre perceções, interesses, receios e expectativas associados à mudança socioecológica em curso.

Neste documento, apresentamos as principais reflexões e conclusões do inquérito aplicado a uma amostra representativa da população portuguesa<sup>1</sup>. O objetivo do inquérito não se limitou a um amplo mapeamento de atitudes relativas à política climática segundo critérios sociodemográficos tradicionais. Recorrendo ao modelo *Sinus-Meta-Milieux* procurou-se inovar, a partir de uma análise das condições em que diferentes contextos sociais se mostram mais ou menos recetivos às medidas de políticas climáticas. Esta abordagem analítica considera os valores, as visões e os estilos de vida de diferentes grupos sociais (*milieux*), tal como está ilustrado no sistema de coordenadas exposto na Figura 1: dimensão na vertical — “estatuto social” — e dimensão horizontal — “valores básicos”. Nesta perspetiva, os *milieux* são entendidos como grupos sociais que partilham circunstâncias socioeconómicas, valores culturais, atitudes quotidianas, formas e objetivos de vida (Detsch, 2024). Com o objetivo de identificar esses grupos sociais, no inquérito foram incluídas 29 perguntas adicionais sobre valores sociais que refletem diferentes realidades socioeconómicas.

<sup>1</sup> Recolheram-se as respostas de 1200 pessoas inquiridas entre abril e julho de 2023, com idades compreendidas entre os 18 e 69 anos, o que constituiu uma amostra representativa da população portuguesa, tendo em conta género, idade, escolaridade e região. O questionário foi aplicado *online*, em português.

Milieus	Descrição
<b>Estabelecidos/ Conservadores</b>	<b>Elite conservadora orientada para o status:</b> valorizam a autoconfiança, a responsabilidade e a ética do desempenho. Reivindicam <i>status</i> e privilégios; aceitam e defendem a ordem social estabelecida.
<b>Intelectuais</b>	<b>Elite académica com crenças pós-materialistas:</b> interessam-se pelo prazer, pela sensualidade, pelas artes e pela cultura. Críticos da globalização, defendem a justiça e o bem-estar social, assumindo responsabilidades cívicas. Detêm elevados níveis de escolaridade e qualidade de vida.
<b>Performativos</b>	<b>Elite moderna orientada para a eficiência:</b> adotam um pensamento económico liberal. Caracterizam-se por elevados níveis de consumo, interesse por tecnologias de ponta, espírito competitivo e foco na carreira. Estão abertos à mudança e à inovação.
<b>Cosmopolitas Vanguardistas</b>	<b>Elite de vanguarda, ambiciosa e individualista:</b> urbanos, cosmopolitas, desenraizados e flexíveis (por exemplo, nómadas digitais). Orientados para o sucesso, representam a vanguarda de estilos de vida pós-modernos e anti- <i>mainstream</i> .
<b>Progressistas Realistas</b>	<b>Motores da transformação social:</b> adotam estilos de vida sustentáveis, mas sem abdicar do conforto. Assumem-se agentes ativos da transformação social global em curso. Otimistas, assumem as suas contradições, valorizando tanto a festa como o protesto, tanto a seriedade como o entretenimento.
<b>Navegantes Adaptativos</b>	<b>Mainstream moderno e pragmático:</b> jovens da classe média demonstram uma forte capacidade de adaptação às exigências de estilos de vida emergentes. Estão abertos à novidade, desde que previamente testada. Confiantes e leais, dominam o mundo digital.
<b>Hedonistas</b>	<b>Classe média-baixa, materialista e focada no entretenimento:</b> vivem centrados no presente, praticando um consumo conspícuo, despreocupado e até arriscado. Adotam estilos de vida antiburgueses, embora materialistas. Buscando diversão e estímulo constante, rejeitam o politicamente correto e as convenções sociais.
<b>Convencionais</b>	<b>Geração mais velha em busca de harmonia:</b> desejam circunstâncias de vida seguras. Encaram a novidade com apreensão e valorizam os laços de vizinhança e as comunidades de pertença. Tendem a sentir-se excluídos e desconfiam das elites.
<b>Tradicionalistas</b>	<b>Geração mais velha em busca de ordem e segurança:</b> identificam-se com uma cultura tradicional e estão unidos por sentimentos de insegurança e pelo desejo de recuperar uma harmonia perdida. Valorizando a simplicidade, distanciam-se dos estilos de vida contemporâneos, em especial da cultura digital.
<b>Consumidores-Materialistas</b>	<b>Classes baixas em busca de validação:</b> vivem em condições precárias e têm dificuldade em adaptar-se ao ritmo acelerado das mudanças sociais atuais. Desejam alcançar padrões de consumo mais elevados e temem ser deixados para trás.

Fonte: Adaptação portuguesa a partir do SINUS<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> SINUS – Study for the Friedrich-Ebert Foundation social-ecological transformation.

Variando entre 7% e 11% do total de respondentes, tal como noutros países, os grupos sociais resultantes desta análise representam também a realidade portuguesa, pelo que os levaremos em conta na análise dos resultados.

Importa ainda referir que, no caso português, os resultados do Inquérito da FES sobre as questões da transição climática e ecológica evidenciam linhas de continuidade com inquéritos anteriores aplicados no âmbito do OBSERVA/ICS-ULisboa e alguns aspetos inovadores que é importante aprofundar.

Este Relatório dá conta dessas regularidades que testemunham a consolidação de valores e atitudes relativamente aos problemas ambientais e em particular às questões climáticas, bem como algumas dimensões que suscitam novas abordagens, sublinhando a necessidade de lançar políticas públicas que respondam a sensibilidades e urgências assinaladas pela população portuguesa.

Começamos, assim, por analisar no primeiro capítulo — **1. Problemas, Prioridades e Políticas Públicas** — os temas e desafios mais prementes assinalados pelos portugueses quando inquiridos sobre um conjunto abrangente de problemas ambientais, sociais e económicos, e respetiva necessidade de resposta, em termos de políticas públicas.

No segundo capítulo — **2. Informação, Desinformação e Dilemas** — analisa-se o grau de informação disponível, relativamente a um conjunto de questões ambientais e de alterações climáticas (AC), bem como à relação entre ambiente e economia.

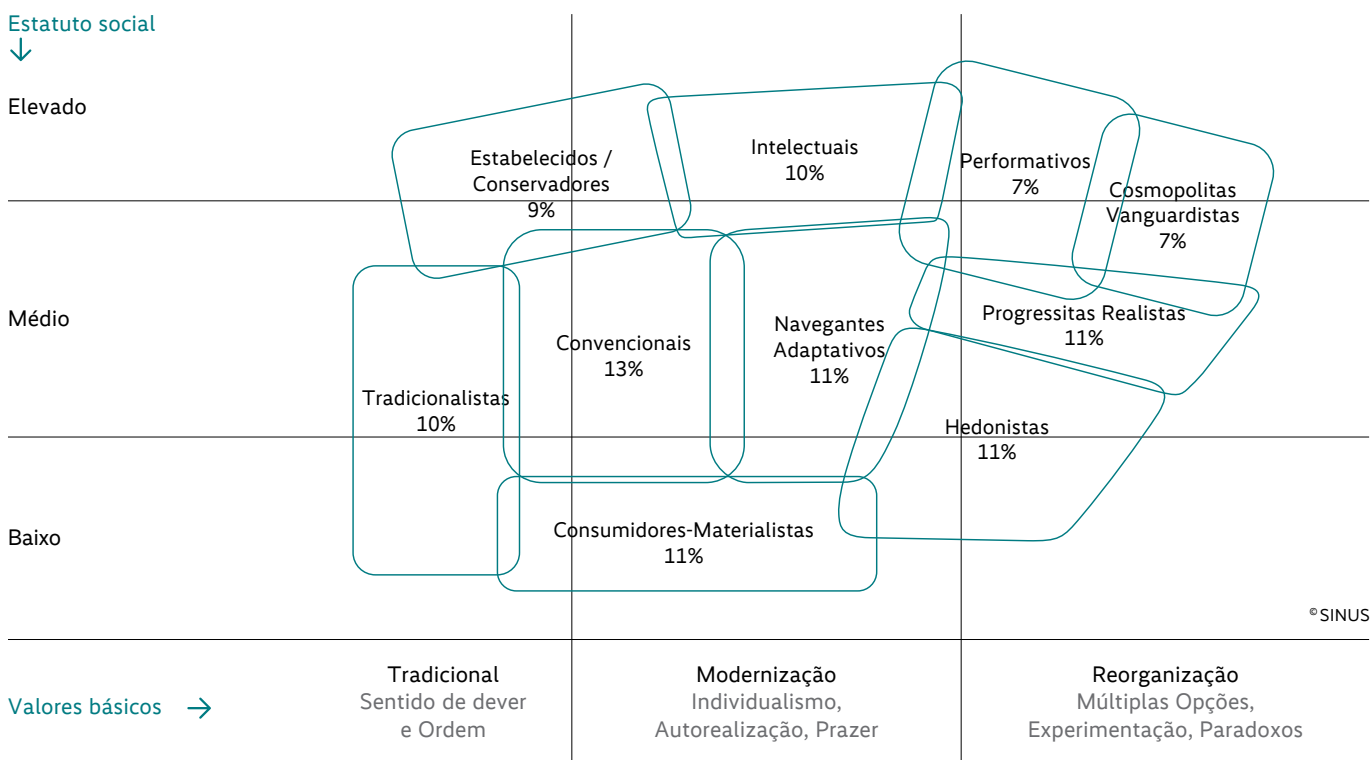
Segue-se o terceiro capítulo — **3. Transição Energética: Relevância e Adesão** —, onde se apresenta um conjunto de questões que dão conta das implicações e níveis de adesão às diversas componentes da transição energética, bem como dos impactos das AC.

Finalmente, nas **Notas Conclusivas e Recomendações** reflete-se sobre os resultados alcançados e avança-se com propostas de aprofundamento para posterior debate.

## Sistema de coordenadas dos Sinus-Meta-Milieux

Figura 1

Estatuto social e valores básicos



Base: 1200 inquiridos, total da amostra; valores em %

Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

# 1.

## Problemas, Prioridades e Políticas Públicas

As prioridades identificadas pelos portugueses que deveriam suscitar mais empenho político por parte dos responsáveis apontam para uma clara **valorização dos cuidados de saúde**, que recolhe a percentagem mais elevada (62,3%) de respostas. Na mesma linha, a **habitação** a preços acessíveis surge em segundo lugar, com quase metade dos inquiridos a identificá-la como prioritária (49,6%), seguida de muito próximo pelas oportunidades de **emprego e salários justos** (46,7%) e a **inflação e diminuição do poder de compra** (45,8%). Acima de 40%, os inquiridos identificam ainda a **educação** (42,5%) e as questões de **justiça social**, como é a luta contra a pobreza e as desigualdades (41,0%).

A **proteção do ambiente e do clima** (33,4%) surge em seguida com cerca de um terço dos portugueses a nomeá-la como prioridade (figura 2). Esta posição não refletirá tanto uma desvalorização das questões ambien-

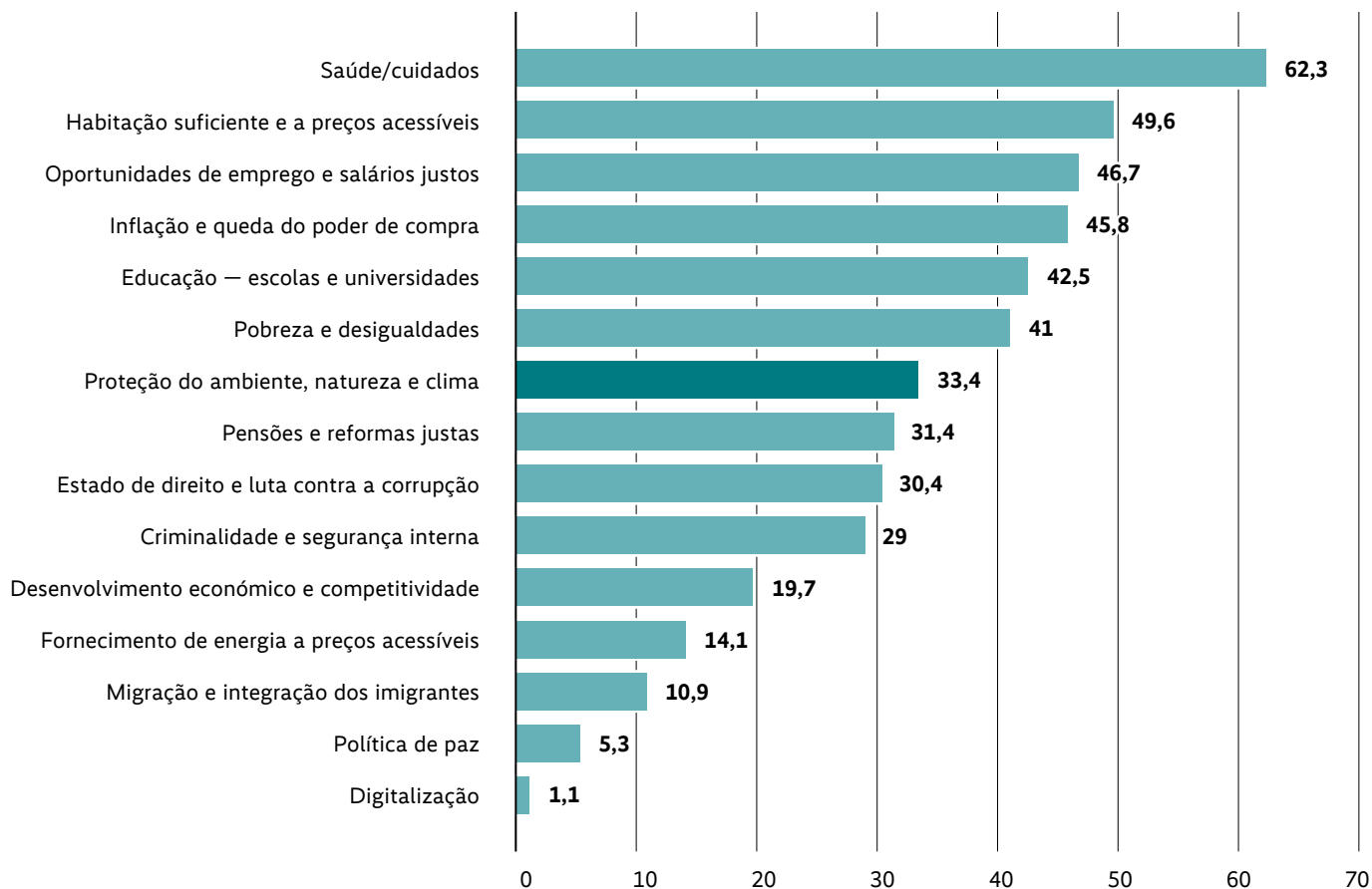
tais e climáticas, mas testemunhará uma valorização de premências sociais muito concretas que afligem o quotidiano dos cidadãos, relegando para segundo lugar as questões ambientais aparentemente mais longínquas, ainda que igualmente preocupantes (Schmidt & Guerra, 2016).

Estes resultados demonstram, pois, um conjunto de prioridades a requerer políticas públicas de cariz social que respondam a um conjunto de problemas com graves impactos em muitos segmentos da população, mas sem descurar os problemas ambientais.

De um modo geral, os dados indicam diferenças significativas na seleção de prioridades com base no género, no grupo etário e no nível de educação, particularmente em áreas como a saúde, a educação e a pobreza. Os padrões sugerem que as mulheres tendem a selecionar mais frequente-

### Temas que mais deveriam preocupar os responsáveis políticos em Portugal (%)

Figura 2



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

mente tópicos relacionados com a saúde, a educação e a desigualdade, enquanto os homens destacam ligeiramente mais as questões ambientais. Os grupos etários mais velhos estão mais preocupados com a saúde e as desigualdades, enquanto os grupos etários mais jovens, não descartando as questões da saúde (47% entre os jovens até aos 29 anos), dão prioridade à educação e às questões ambientais. Por último, os níveis de educação mais elevados estão associados a uma maior seleção de temas, como o ambiente e a educação, enquanto os níveis sociais mais baixos estão mais relacionados com preocupações básicas, como a habitação. Esta é, aliás, uma preocupação dominante entre os inquiridos mais jovens. (figura 2)

Concentrando-nos nos *milieux* constata-se que a “proteção do ambiente, da natureza e do clima” se destaca entre os grupos dos Intelectuais (46,2%) e dos Progressistas Realistas (40,6%). Os Consumidores-Materialistas (29,4%) e Hedonistas (28,7%) revelam os níveis mais baixos de preocupação, refletindo um estilo de vida orientado para o consumo imediato.

A preocupação com a inflação reflete insegurança económica, particularmente em grupos com recursos limitados. Políticas de sustentabilidade que apresentem custos iniciais elevados podem ser vistas como um agravamento da situação financeira, especialmente entre os Tradicionalistas e os Consumidores-Materialistas. Abordagens que integrem subsídios ou incentivos fiscais poderiam reduzir essa resistência.

Quando se pergunta mais especificamente quais são os maiores desafios para a conservação dos meios de subsistência, os resultados evidenciam que as **AC são vistas como a questão principal** a ter em conta para pelo menos 65,2% dos portugueses, logo seguidas da **poluição e qualidade da água**, com 61,3% (figura 3).

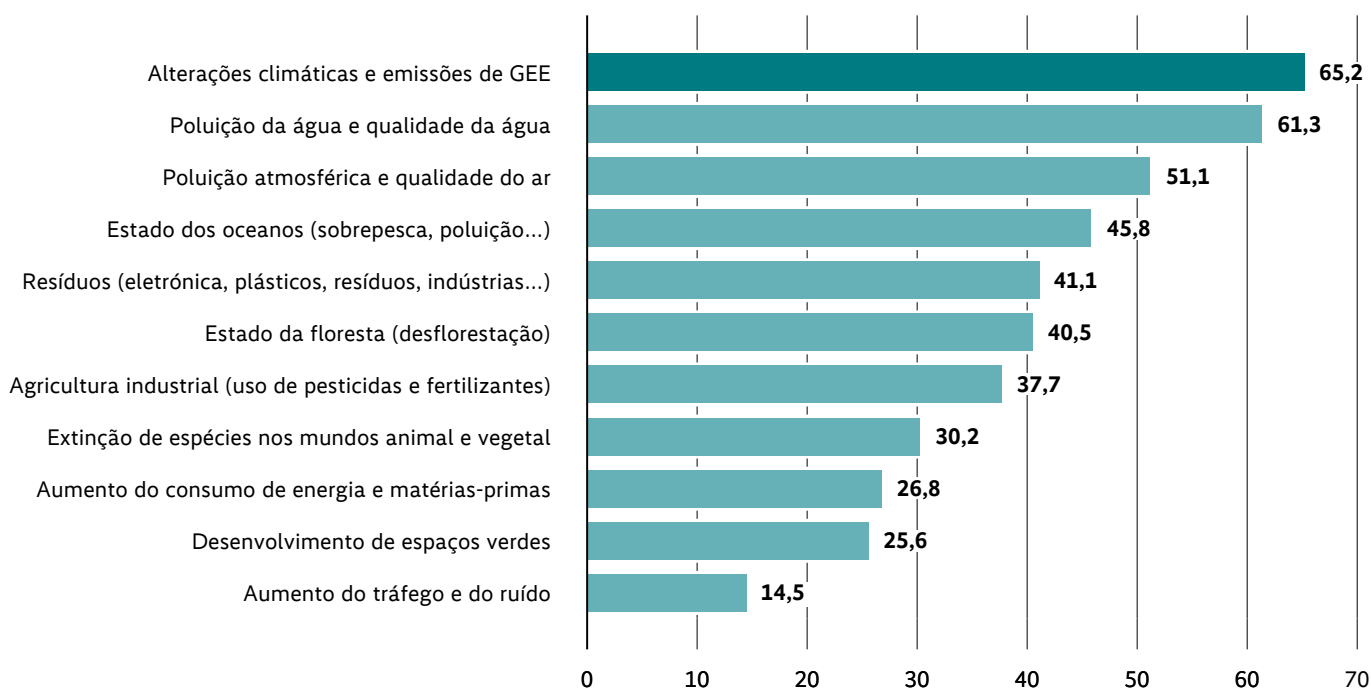
Outro desafio importante selecionado pelos inquiridos é a **poluição e qualidade do ar** (51,1%), articulada com as questões de saúde, seguida do **estado dos oceanos** (45,8%) e da **gestão dos resíduos** (41,1%).

Estes resultados mostram que os inquiridos estão consistentemente preocupados com questões ambientais críticas, refletindo uma crescente sensibilização e preocupação com o estado do ambiente e a relevância de cuidar de problemas centrais para melhorar a sustentabilidade futura do país. Impactos das AC e escassez e poluição hídrica são dois problemas indicados como particularmente relevantes, manifestando os inquiridos grande preocupação com as políticas públicas e estando atentos a elas para lidarem com estes dois problemas que afetam fortemente o país.

No entanto, os dados também mostram que as opiniões sobre os principais desafios ambientais variam mediante o género, a idade e a escolaridade. Em geral, o nível de escolaridade e a idade influenciam significativamente a seleção das preocupações ambientais, com uma tendência para os indivíduos mais escolarizados demonstrarem maior interesse e sensibilidade pelos problemas ambientais identificados.

## Principais desafios para a conservação dos meios de subsistência (%)

Figura 3



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

A análise dos resultados cruzados entre os *milieux* evidencia que a problemática das AC e das emissões de CO<sub>2</sub> parece assumir uma grande relevância para todos os grupos, com destaque para os Intelectuais, os Estabelecidos Conservadores e os Progressistas Realistas, que apresentam os níveis mais elevados de preocupação (figura 4).

Concentrando-nos sobre a **problemática das AC**, enquanto principal desafio identificado pelos portugueses, verifica-se que a maioria dos inquiridos em Portugal sublinha a importância do tema e dos seus impactos: 80,6% dos inquiridos atribuíram grande relevância às AC, com uma pontuação entre 7 e 10 (numa escala em que 10 significa “totalmente relevante”), o que reflete uma clara perceção da gravidade dos impactos ambientais, sociais e económicos deste problema crescente e um consenso generalizado sobre a pertinência do tema (apenas 1,6% dos inquiridos lhe atribuíram o valor 0, classificando-o como irrelevante) (figura 5).

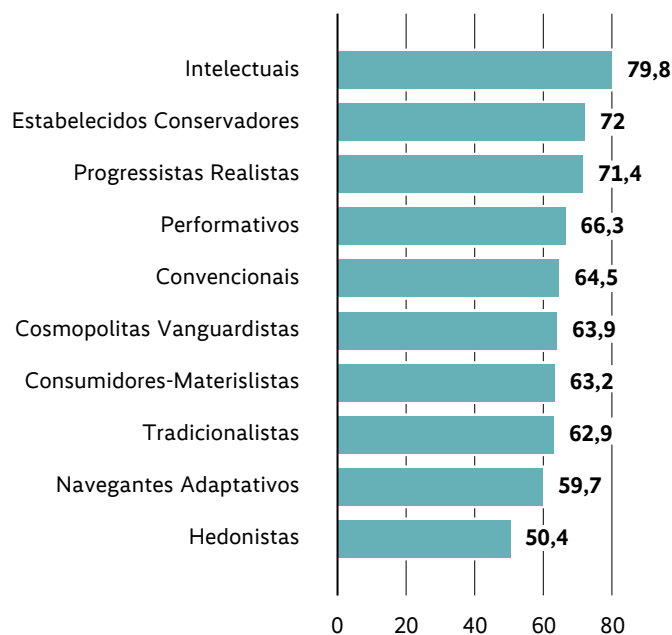
Quando analisados os resultados por *milieu*, reflete-se uma tendência generalizada para reconhecer a importância das AC, especialmente em *milieux* mais progressistas e informados, como os Intelectuais, Progressistas Realistas, Estabelecidos-Conservadores e Cosmopolitas Vanguardistas. Destaca-se a necessidade de estratégias específicas para sensibilizar segmentos menos envolvidos, como os Consumidores-Materialistas e os Navegantes Adaptativos (figura 6).

Quanto à afirmação “**receio as consequências das AC**”, a grande maioria dos inquiridos manifesta preocupação, com 92,7% a concordarem ou a concordarem totalmente (figura 7). Existe assim um forte consenso sobre a gravidade das consequências das AC entre a população portuguesa, bem como uma perceção da vulnerabilidade do país ao fenómeno. Verificam-se, no entanto, algumas diferenças sociodemográficas: são os jovens entre os 18 e os 29 anos os que manifestam maior receio (18,5%), e os que têm entre 60 e 69 anos os que manifestam menos receio (14,2%). A escolaridade é também um fator relevante, com 59,4% dos participantes com ensino superior a manifestarem um receio significativo, contra 50,8% dos que têm apenas o ensino básico. Quanto ao género, verifica-se uma preocupação mais acentuada entre as mulheres (58,9%) do que entre os homens (48,7%).

Nesta linha, também a afirmação de que, “**ao destruir a natureza, o homem está a pôr em risco a base da vida**” apresenta um nível de concordância muito elevado. Um número significativo de 76,1% concorda totalmente, e 21,1% concordam. Estes resultados sugerem que esta é uma preocupação generalizada, com uma discordância residual entre os portugueses, o que é, aliás, coerente com os resultados da escala NEP<sup>3</sup>, aplicada em inquéritos anteriores.

## AC e emissões nocivas para o clima entre os *milieux* (%)

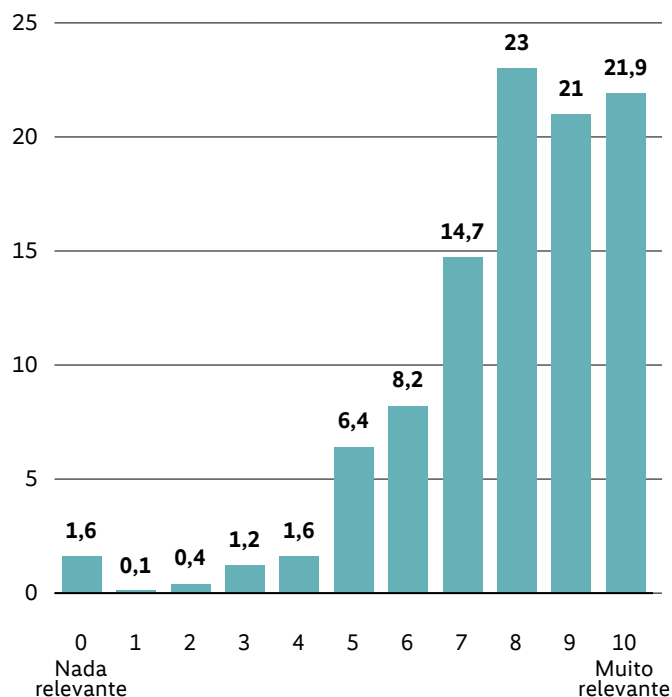
Figura 4



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

## Relevância das AC para os portugueses (%)

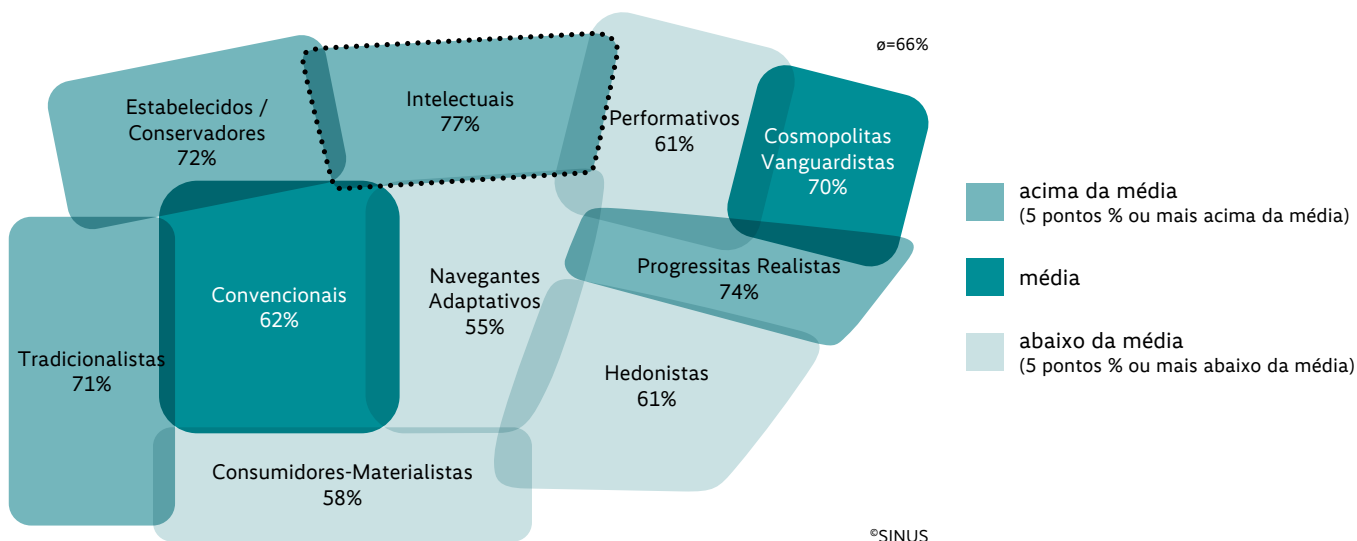
Figura 5



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

<sup>3</sup> De acordo com Dunlap (2008), assiste-se, nas sociedades atuais, a uma mudança paradigmática que, num processo contínuo, tende a substituir uma visão do mundo — *worldview* fundamentalmente antropocêntrica — por uma nova visão do mundo assente em valores pró-ecológicos, num processo a que o autor chamou “mudança paradigmática”. Em Portugal, sucessivos inquéritos levados a cabo pelo OBSERVA confirmaram esta tendência entre a população nacional (Guerra et al., 2017).

## Proporção dos *milieux* que atribuem maior importância às AC

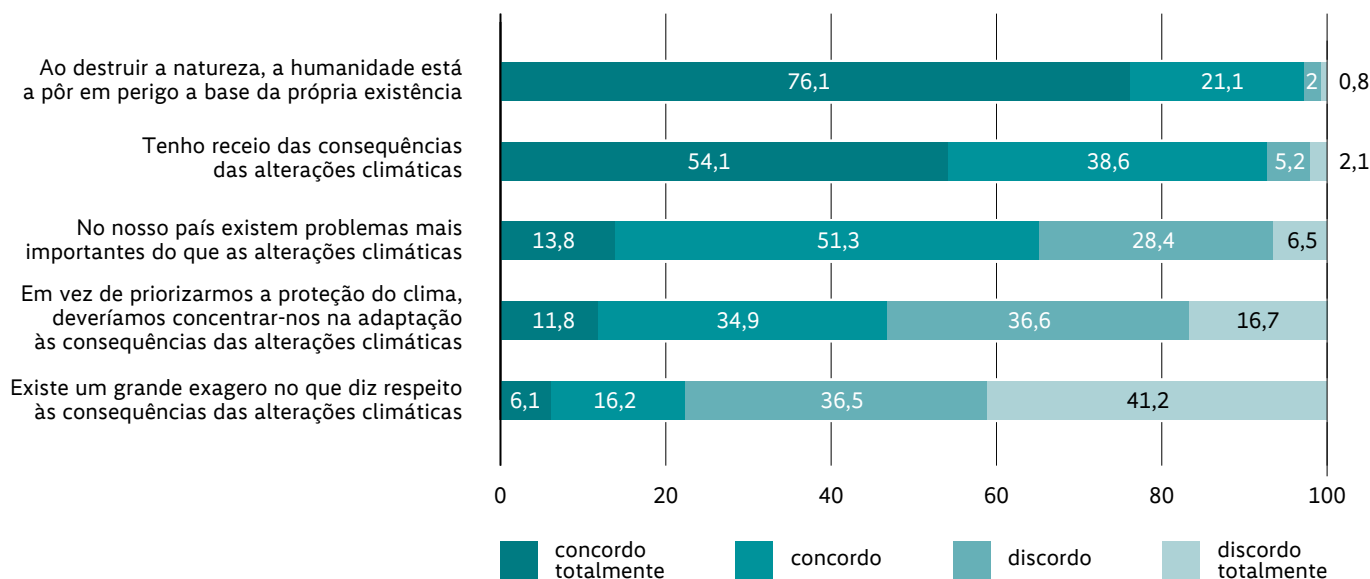


Em sintonia com este posicionamento, verifica-se uma discordância generalizada relativamente à negação da gravidade das AC, já que a maioria dos inquiridos revela ter receio das consequências das AC e considera que não há exageros quanto às suas consequências e impactos negativos. Perante a afirmação “**existe um grande exagero no que diz respeito às consequências das AC**”, 41,2% discordam totalmente e 36,5% discordam, mostrando assim que uma parte significativa da população acredita que as consequências das AC não são exageradas e devem ser

levadas a sério. Apenas 22,3% consideram que há exagero nas discussões sobre o assunto, sobretudo entre os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos.

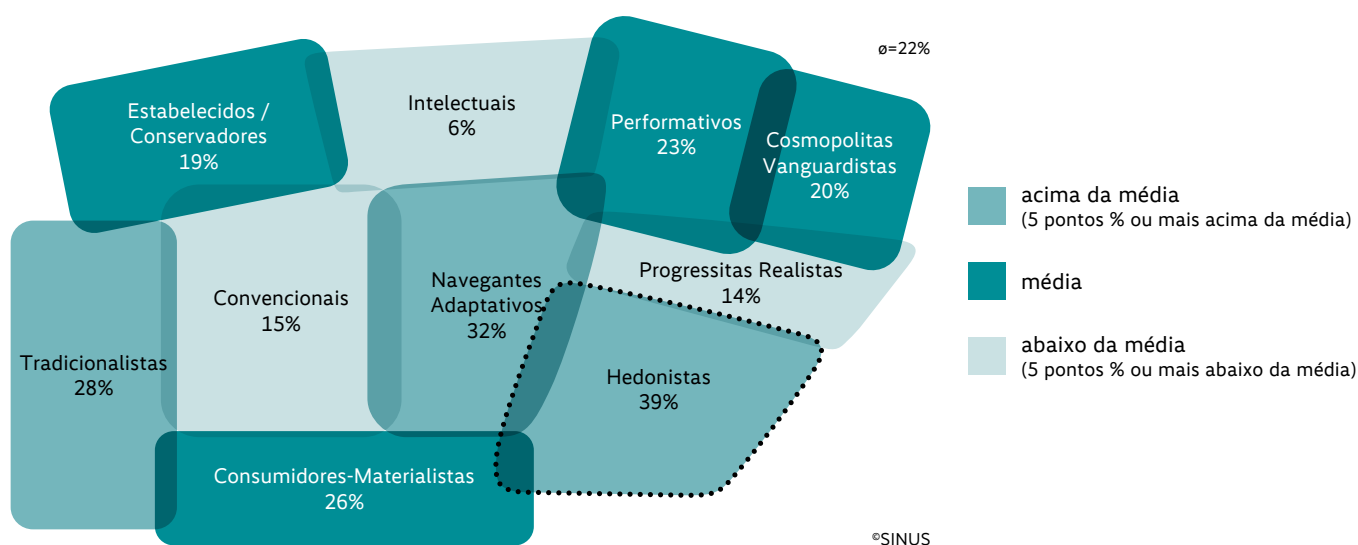
A análise da relação entre os diferentes *milieux* e as respostas à afirmação “existe um grande exagero no que diz respeito às consequências das AC” revela diferenças entre os grupos. De forma geral, 41,2% dos respondentes discordam totalmente da ideia de que há exagero, indicando uma rejeição maioritária dessa perspetiva. Os dados sugerem

## A premência das AC (%)



## Exagero das AC por *milieu* (%)

“Tendo a concordar” / “Concordo totalmente”



Base: 1200 inquiridos, total da amostra; valores em %

Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

que grupos com maior capital cultural, como os Intelectuais e os Progressistas Realistas, rejeitam fortemente o negacionismo climático, enquanto grupos mais materialistas e hedonistas mostram maior predisposição para aceitar a ideia de exagero nas consequências das AC. Estas diferenças evidenciam a importância de estratégias de comunicação que considerem os valores e características de cada grupo, para promover a consciência sobre os riscos climáticos e combater narrativas negacionistas.

Já quanto à **prioridade a dar à mitigação ou à adaptação face às AC**, observa-se um elevado nível de indecisão, com cerca de metade dos portugueses a considerar que devemos concentrar-nos mais nos “processos de adaptação” e outra metade (53,3%) na mitigação, considerando a “proteção do clima” uma prioridade que não deve ser negligenciada.

**Em síntese**, as respostas indicam que existe uma preocupação generalizada com o problema das AC e um reconhecimento dos seus riscos e que as opiniões sobre a prioridade e a forma de abordar o problema não variam significativamente, sendo, contudo, importante debater as melhores estratégias para o enfrentar e, particularmente, dedicar uma maior atenção à importância das políticas de adaptação em termos tanto sociais como económicos.

A análise dos resultados sobre as **consequências mais gravosas associadas ao fenómeno das AC** evidencia que as preocupações dos inquiridos se centram em áreas publicamente reconhecidas como sendo efetivamente críticas para Portugal. Os maiores receios estão, assim, relacionados com as **carências hídricas** — “**falta de água na vida quotidiana**” (72,6%) — e com o “**aumento dos fenómenos meteorológicos extremos**” (71,1%), seguidos dos “**incên-**

**dios florestais**” (59,8%) e também do “**aumento do nível do mar**” (43,6%) e dos “**problemas de saúde**” (42,5%) (figura 9). Estas preocupações correspondem, aliás, aos grandes impactos das AC identificados no Relatório Nacional da Adaptação 2100 (Soares et al., 2024), ilustrando uma forte consciência das ameaças que as AC representam para a segurança do país.

Outros riscos importantes identificados incluem o “**aumento das crises humanitárias e da propagação de novas doenças**” (49,7%), evidenciando a preocupação dos inquiridos também com as crises sanitárias, que podem ter consequências devastadoras.

Quando se cruzam estes dados com as variáveis de caracterização, verifica-se que os fenómenos meteorológicos extremos, como as ondas de calor, as secas, as tempestades e as inundações, são considerados um problema crescente por 71% dos participantes, demonstrando as mulheres (76%) e as pessoas mais velhas uma preocupação ainda maior (77,6% dos participantes com 60 a 69 anos reconhecem este problema, em comparação com 68,3% dos que têm 18 a 29 anos), bem como os que têm um nível de escolaridade mais elevada (com ensino secundário — 76% — e com ensino superior — 75,7%).

Os “**incêndios florestais e o declínio das florestas**” são reconhecidos como uma preocupação por 59,9% dos participantes, aumentando com a idade e atingindo 72,2% no grupo etário dos 60–69 anos, em contraste com 50,7% entre os jovens de 18–29 anos.

A “**escassez de água**” no quotidiano é uma preocupação para 72,6% dos participantes, aumentando o reconhecimento

deste problema com o nível de escolaridade (de 60% entre os que têm ensino primário para 77,1% entre os que têm ensino superior). O “aumento das crises humanitárias e a propagação de novas doenças” preocupam 49,6% dos inquiridos, sendo que as mulheres (55,9%) demonstram maior preocupação do que os homens (42,8%) e do que os mais velhos (51,5% na faixa etária dos 60 aos 69 anos). Quanto à escolaridade, os inquiridos com o ensino primário são os que revelam menor sensibilidade (35%) ao tema.

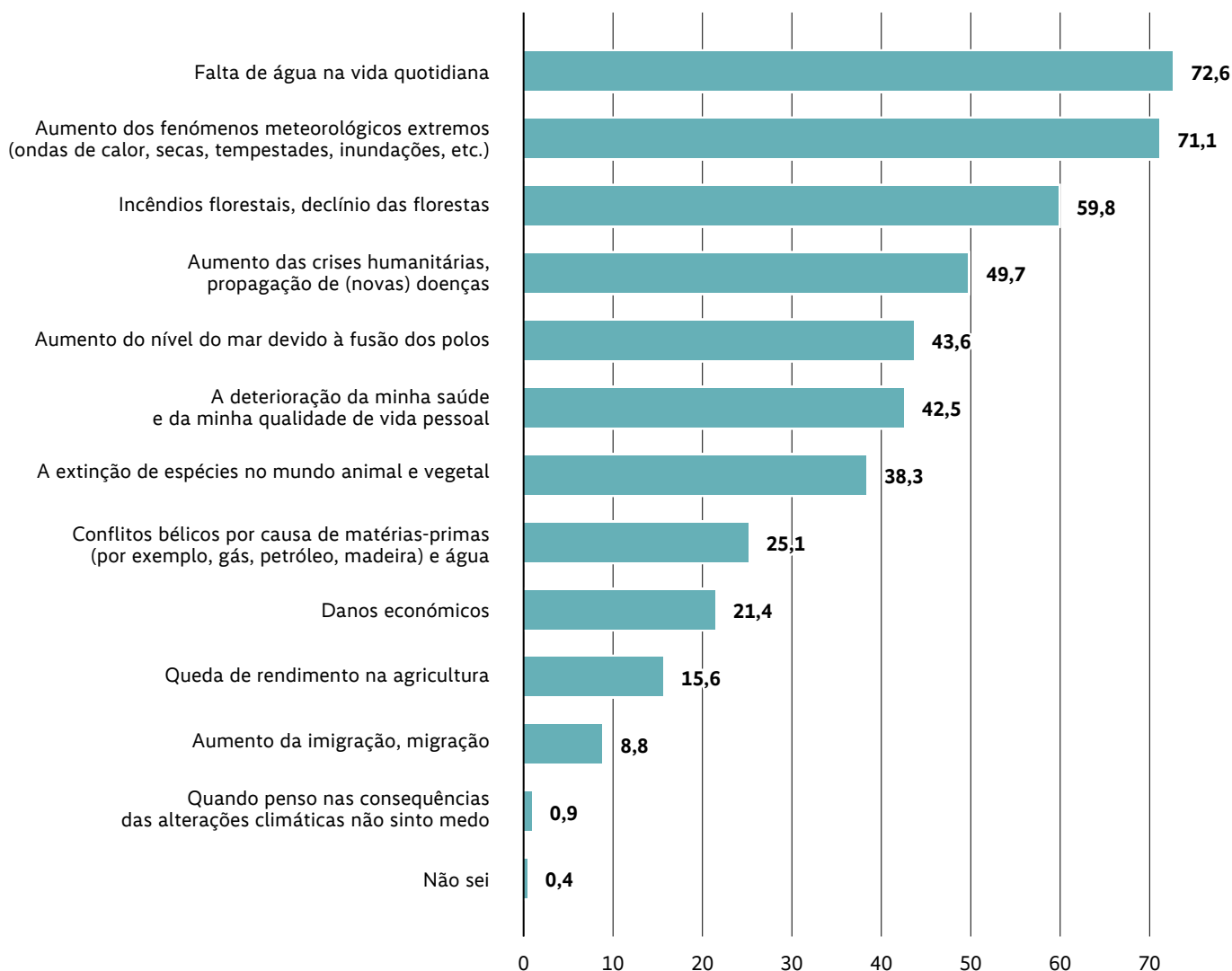
Sobre um conjunto de **afirmações relativas à proteção do ambiente e do clima** os resultados obtidos revelam algumas tendências dominantes, destacando-se uma maioria com uma atitude claramente a favor da sustentabilidade (figuras 10 e 11). Assim, a maioria dos inquiridos considera que **cada indivíduo tem a “responsabilidade pessoal” de conservar a natureza e de “assegurar às gerações futuras” um ambiente “digno de ser vivido”**. Além disso, a **“proteção do ambiente” é considerada uma questão de “decência” e “dever cívico”**, obtendo um elevado nível de concordância (67,5% concordam

completamente e 29,1% concordam), e evidenciando consciência ambiental e sentido de responsabilidade entre os participantes.

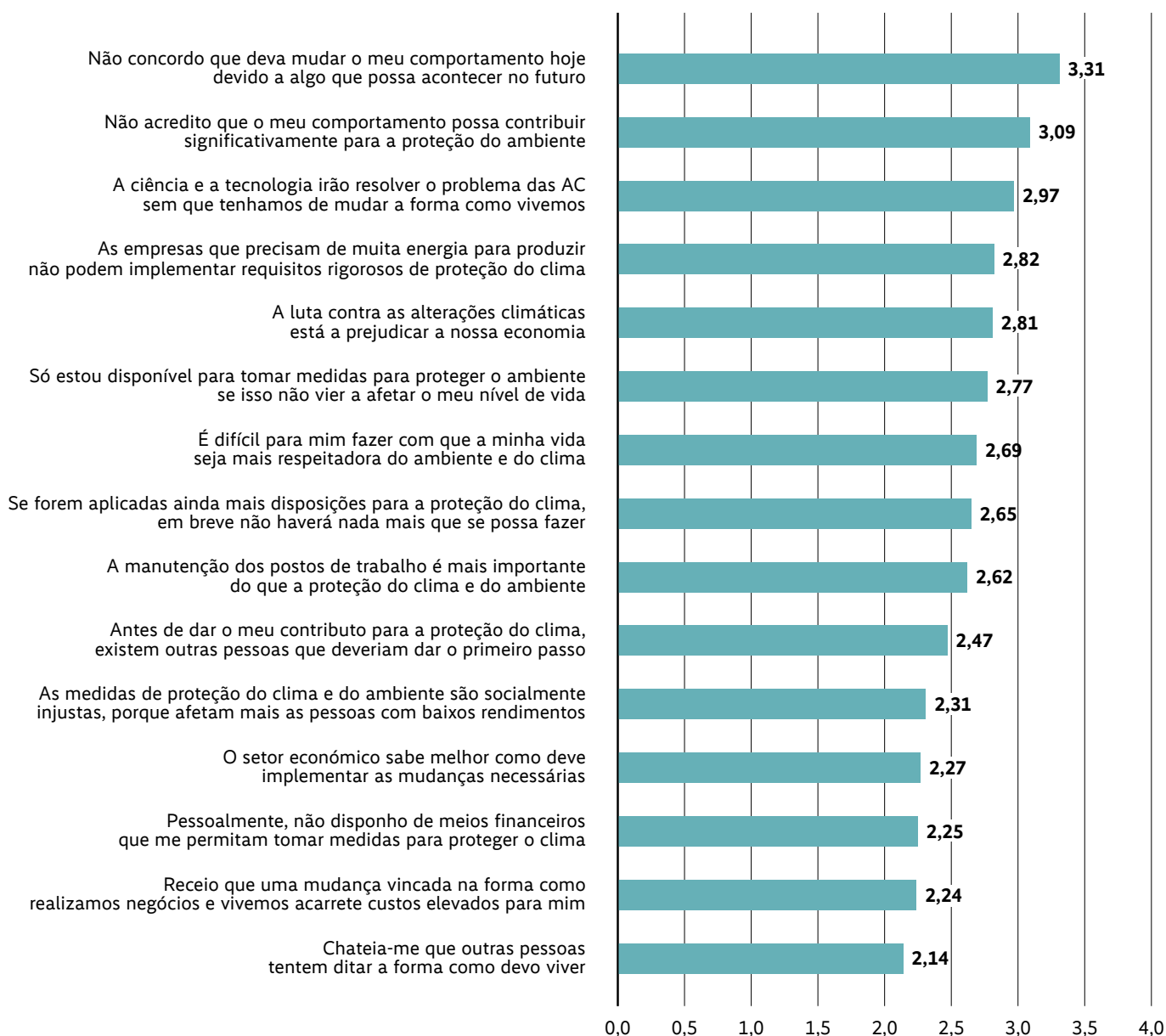
Também a forte **ligação à natureza** é clara: além dos 71,5% dos inquiridos que afirmaram sentir-se responsáveis por deixar às gerações futuras um ambiente em que valha a pena viver, cerca de 93,5% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “sinto uma forte ligação com a Natureza”. Note-se, no entanto, que, embora prevalente em todos os grupos, esta é uma atitude que prevalece mais fortemente entre as pessoas mais velhas — o que coloca uma interrogação sobre um potencial afastamento da natureza dos mais novos, eventualmente devido à intensificação do tempo passado em redes sociais. De facto, os jovens (18 a 29 anos), embora maioritariamente também concordem com esta afirmação, apresentaram níveis mais baixos de concordância total (39,8%) e uma percentagem mais elevada de “discordância” (12,1%) em comparação com os outros grupos etários.

## Consequências mais graves das AC em Portugal (%)

Figura 9



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.



Mínimo 4, Máximo 1

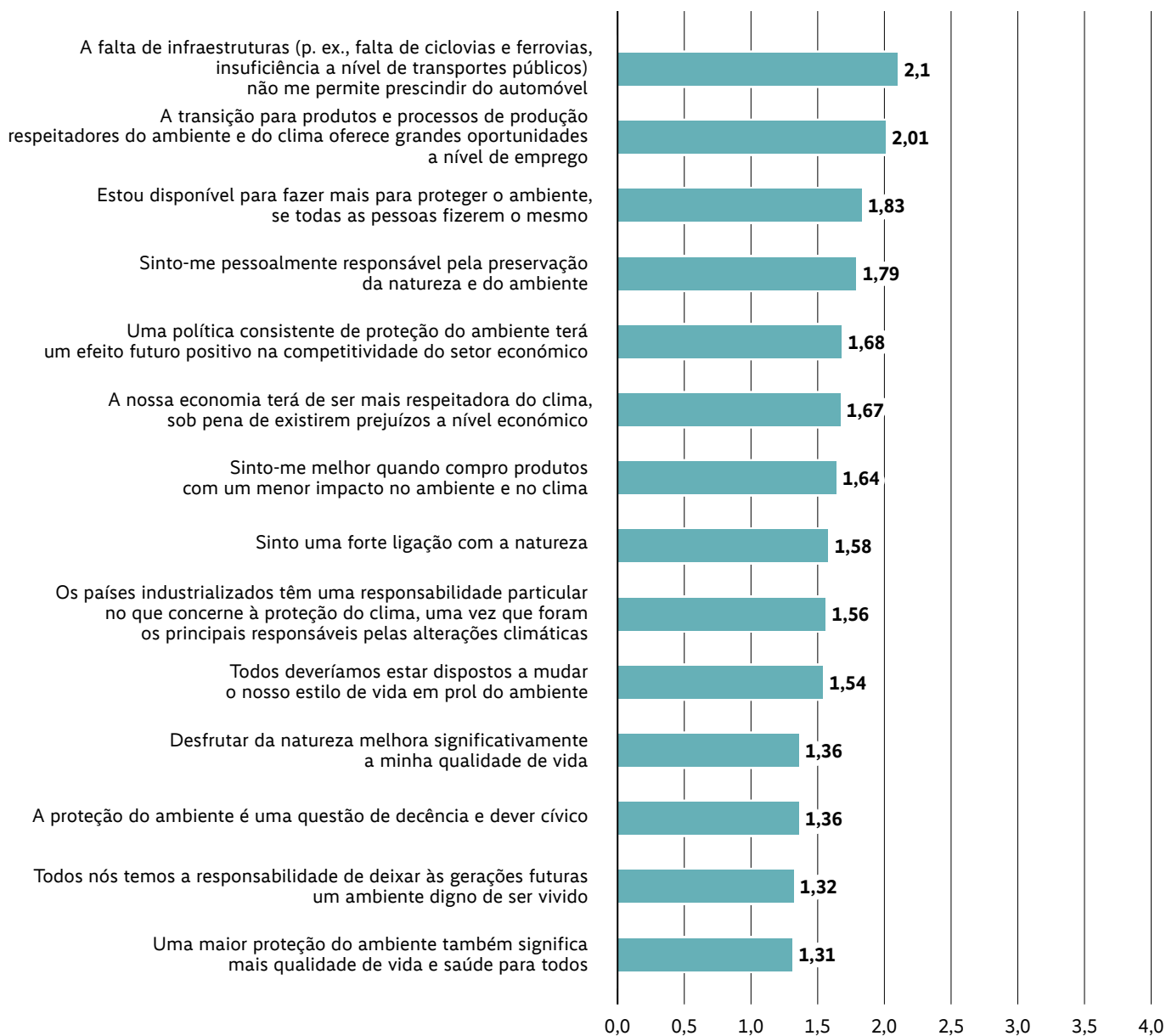
Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

A opinião de que **a responsabilidade pela proteção do clima deve ser partilhada** é outro ponto crucial. A afirmação **“estou disponível para fazer mais para proteger o ambiente se todos fizerem o mesmo”** foi amplamente aceite, com 84% a concordarem e a concordarem muito, o que indica um forte vínculo à necessidade de ação coletiva, o que, por sua vez, também indicia um certo nível de desresponsabilização individual, na medida em que, se os outros não tomarem medidas, o próprio tem menos disposição para as tomar. E, de facto, **uma parte significativa dos inquiridos mostrou-se cética quanto à eficácia das suas ações meramente individuais em prol do ambiente:** 20,7% concordam com a frase “não acredito que o meu

comportamento possa contribuir significativamente para a proteção do ambiente”.

Assim, apesar de haver uma predisposição globalmente positiva para a responsabilização cívico-ambiental, foram expressas preocupações sociais significativas sobre o custo e a viabilidade das mudanças necessárias para proteger o clima, ainda que moderadas por alguma apreensão quanto a medidas mais intervencionistas. Por exemplo, 66,1% dos inquiridos concordaram (totalmente ou em parte) com a afirmação: **“receio que uma mudança fundamental na forma como realizamos negócios e vivemos acarrete custos**

<sup>4</sup> Nesta questão em particular optou-se por apresentar as médias em face do elevado número de indicadores que fazem parte desta questão, de forma a tornar mais legível a sua leitura e interpretação.



Mínimo 4, Máximo 1

Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

elevados para mim”, situando-se a posição contrária bastante abaixo, com apenas 33,9% dos inquiridos.

Por último, a **confiança nas soluções tecnológicas e nas empresas para resolver os problemas ambientais sem grandes mudanças no estilo de vida foi comparativamente mais baixa**. Apenas 6,8% concordam totalmente com a afirmação “a ciência e a tecnologia resolverão o problema das AC sem que tenhamos de mudar a forma como vivemos”; 21,1% concordam e 70% discordam ou discordam totalmente. Este resultado mostra que, apesar do otimismo em relação ao progresso tecnológico, muitos participantes

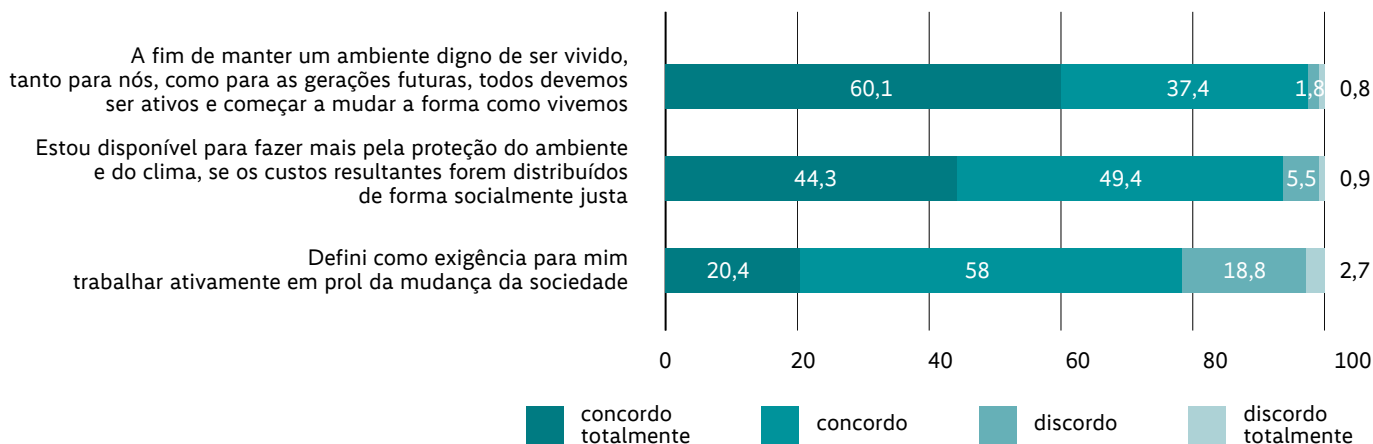
acreditam que são necessárias mudanças significativas no funcionamento da sociedade e nos estilos de vida para enfrentar os desafios climáticos.

Temos, assim, uma população claramente favorável a um modelo de sustentabilidade que integre as suas diversas dimensões — ambientais, sociais, económicas —, ou seja, uma população que se revela potencialmente mais pró-ativa do que passiva, desde que coletivamente envolvida, e também medianamente crente no papel da tecnologia como solução milagrosa para a resolução do problema das AC.

<sup>5</sup> Nesta questão em particular optou-se por apresentar as médias em face do elevado número de indicadores que fazem parte desta questão, de forma a tornar mais legível a sua leitura e interpretação.

## Proteção ambiental e mudança social (%)

Figura 12



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

Os resultados da pergunta sobre o **grau de concordância com as afirmações relacionadas com o empenho na mudança social para a proteção do ambiente revelam, aliás, atitudes muito positivas e um forte sentido de responsabilidade coletiva entre os inquiridos.**

A maioria dos participantes expressou uma concordância significativa com a necessidade de agir para conservar um ambiente habitável para as gerações futuras.

Em particular, a afirmação **“para manter um ambiente digno tanto para nós, como para as gerações futuras, todos temos de agir e começar a mudar a forma como vivemos”** recebeu uma concordância maciça, de 97%

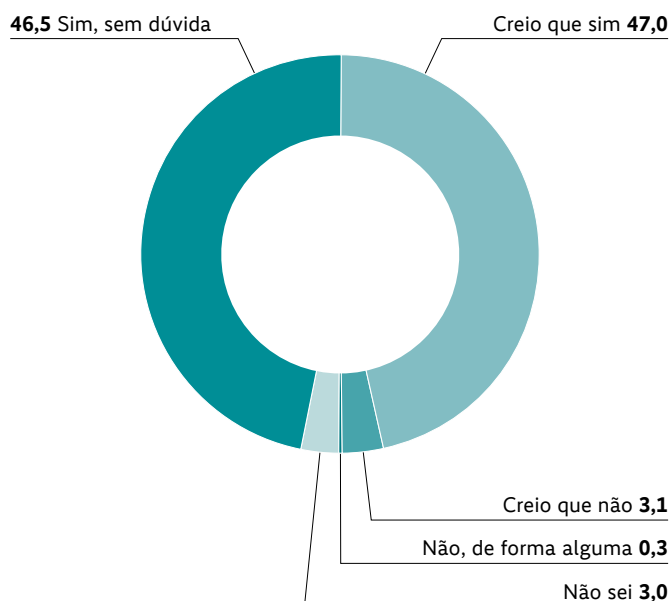
(com 60,1% dos inquiridos a concordarem totalmente e 37,4% a concordarem). Este resultado expressa uma compreensão clara de que a mudança ambiental exige esforços coletivos e uma aceitação geral da necessidade de mudar estilos de vida (figura 12).

Neste sentido, uma esmagadora maioria dos inquiridos (93,7%) afirma-se **“disponível para fazer mais pela proteção do ambiente e do clima, desde que os custos sejam distribuídos de forma socialmente justa”**, o que sugere que os inquiridos estão dispostos a assumir responsabilidades adicionais, desde que seja garantida a equidade.

Por outro lado, quando se trata de **“trabalhar ativamente para a mudança na sociedade”**, a disponibilidade é ainda **significativa** e vai no mesmo sentido da pró-atividade, embora 20% dos inquiridos discordem desta pró-atividade (sobretudo homens, adultos entre 30 e 39 anos, e pessoas com níveis médios de escolaridade).

## Necessidade de mudanças na economia e nos estilos de vida (%)

Figura 13



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

Sobre a **necessidade de mudanças fundamentais na economia e nos estilos de vida, os resultados sugerem uma opinião largamente favorável a transformações significativas.** A grande maioria dos inquiridos considera que essas mudanças são necessárias, com 46,5% a responderem “sim, sem dúvida” e outros 47% a responderem simplesmente “sim”. Estes números mostram um consenso quase unânime sobre a urgência de repensar e reorganizar a economia e os modos de vida no país, sinalizando predisposição para a mudança e abertura a reformas de políticas públicas profundas que poderiam melhorar a resiliência e a sustentabilidade do país (figura 13). Sobre as declarações relativas à **conservação de um ambiente digno para as gerações futuras os resultados demonstram uma clara preocupação com a aplicação de leis rigorosas e coerentes.** A maioria dos inquiridos, 88,6%, concorda totalmente ou concorda que precisamos sobretudo de legislação eficaz, demonstrando um forte consenso em torno da necessidade de regras ambientais mais rigorosas e efetivamente

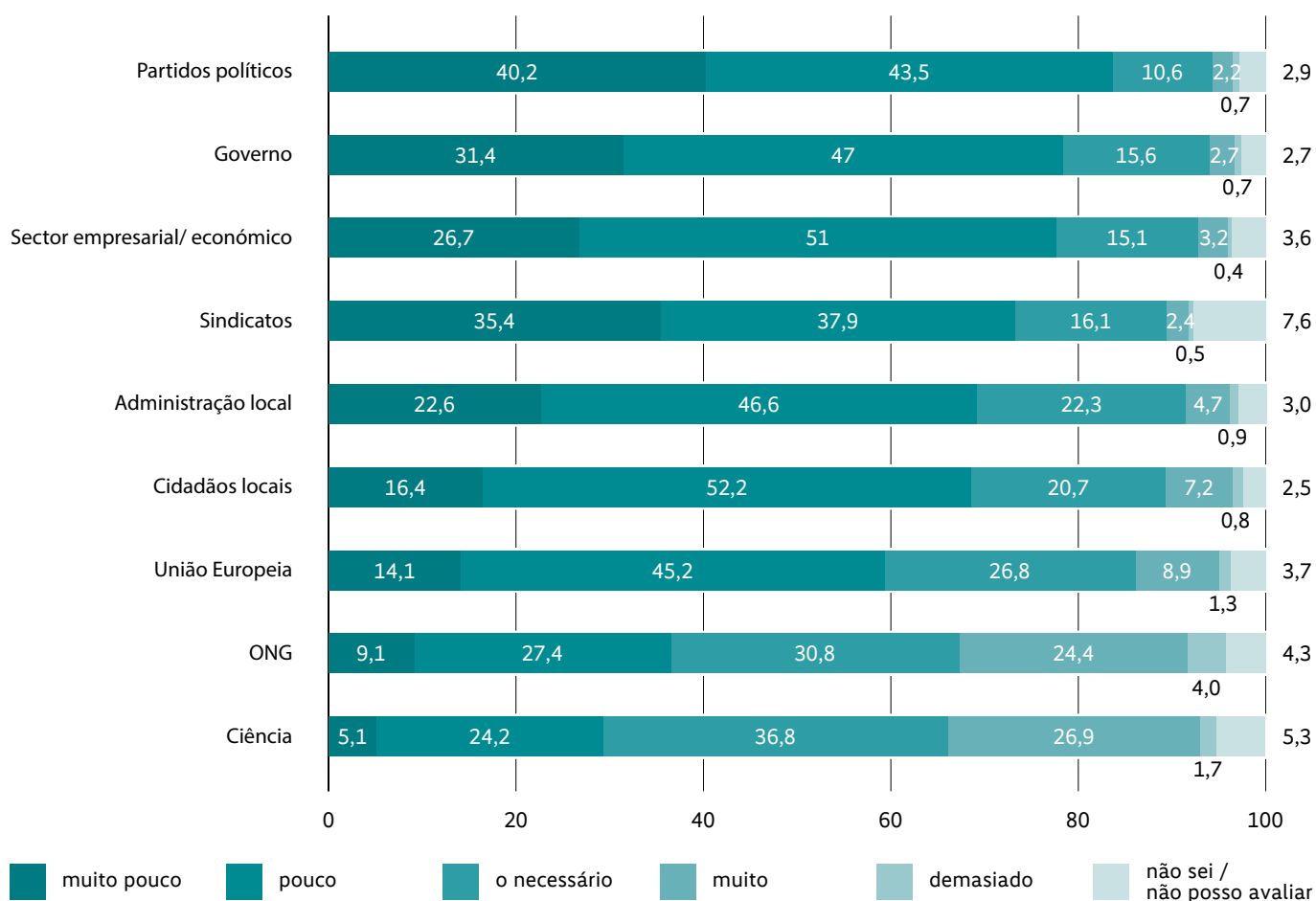
## Adesão social às políticas climáticas (%)

Figura 14



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

## Avaliação da contribuição de diferentes atores para combater os impactos das AC (%)



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

aplicadas, o que indica uma opinião amplamente favorável a uma maior robustez das instituições administrativas para implementarem efetivamente as leis e regulações ambientais já existentes (figura 14).

No que respeita à **transição para as energias renováveis**, existe um apoio significativo, com 52,2% a concordarem totalmente e 43,1% a concordarem que é necessária uma mudança mais consistente. Este facto é coerente com inquéritos anteriores, manifestando uma grande adesão e importância atribuída às energias limpas para a sustentabilidade ambiental e social do país.

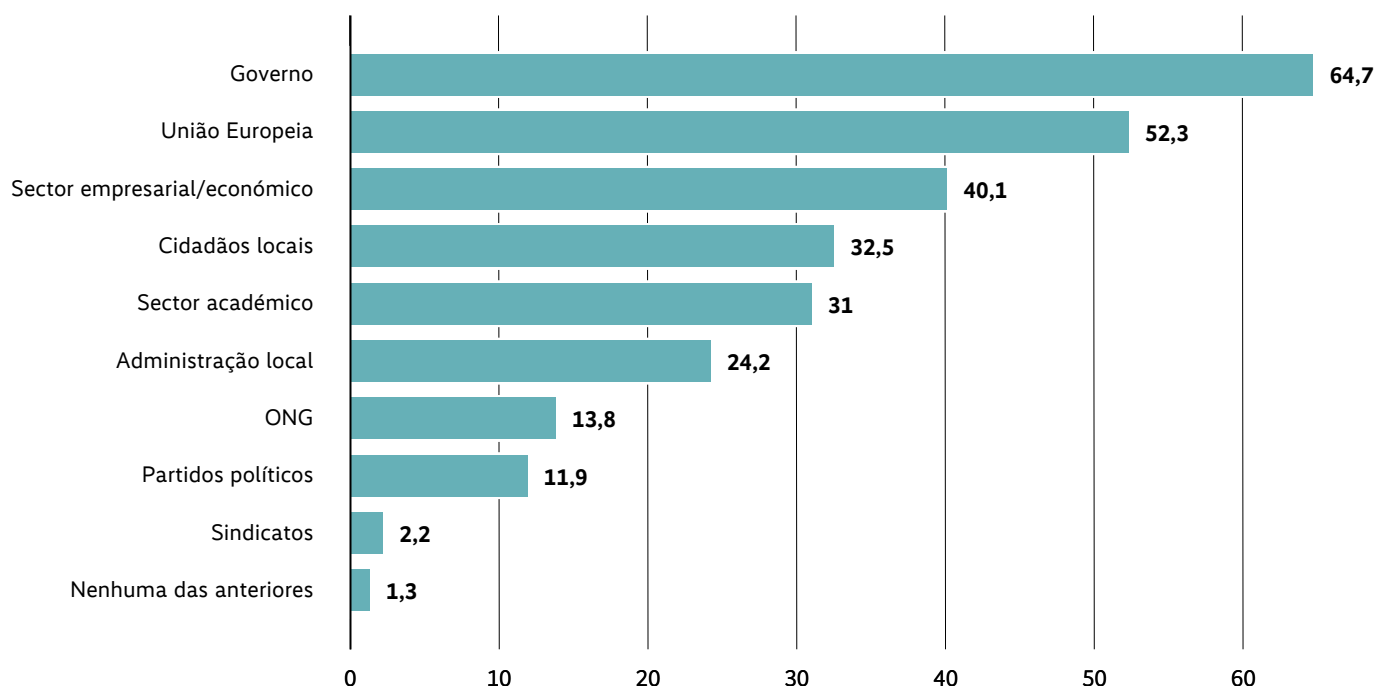
Estão muito próximas as percentagens dos diversos grupos etários que concordam com a transição para as renováveis, com os valores mais altos a registarem-se entre os adultos dos 30 aos 39 anos (44,8%), seguidos de perto pelos jovens dos 18 aos 29 anos (44%), e os valores mais baixos a verificarem-se entre os indivíduos dos 60 aos 69 anos de idade (40,8%). Registe-se, no entanto, que cerca de 10% dos mais jovens (18–29 anos) discordam da transição para as renováveis (9,9%).

A análise por *milieu* mostra nuances entre os diferentes grupos. Os Intelectuais (66,4%) e os Progressistas Realistas (61,7%) destacam-se como os que deram o maior número de respostas de “concordo totalmente” com a afirmação, indicando uma adesão forte à ideia de mudança nas energias renováveis. Por outro lado, os Navegantes Adaptativos apresentam maior hesitação, com 61,5% “tendendo a concordar” e apenas 32,6% “concordando totalmente”.

Os Hedonistas, embora em maioria concordantes, revelam maior proporção de discordância (13,2%, combinando as categorias “discordo totalmente” e “tendo a discordar”), reforçando a necessidade de estratégias de comunicação mais adaptadas para este grupo. Estes dados destacam que, apesar do amplo apoio, as estratégias de implementação devem considerar as diferenças entre os públicos-alvo para garantir uma maior adesão.

Os dados indicam também **uma forte expectativa de que os responsáveis administrativos/políticos desempenhem um papel muito mais ativo, tanto na promoção de uma transformação justa da economia e dos estilos de vida** (44,6% concordam totalmente e 48,1% concordam), como para **garantir uma transição socialmente justa e exercer**

## Atores mais relevantes para superar a crise ambiental e climática (%)



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

**mais pressão sobre a economia para que esta adote práticas climáticas responsáveis.** Estes resultados revelam um claro apelo à ação dos governos para garantir que a transição ecológica seja efetiva, justa e eficaz, sendo consensual a expectativa em relação à responsabilidade e necessidade de compromisso do poder político rumo à mudança para uma economia e estilos de vida mais sustentáveis.

**A preocupação com a influência da UE na política climática do país divide mais as opiniões, o que sugere a complexidade do equilíbrio entre a regulamentação supranacional e as necessidades locais.** Face à questão “Incomoda-me que a política climática seja controlada pela UE, uma vez que esta não considera adequadamente as especificidades do nosso país”, 45,6% dos inquiridos concordam e 18,5% concordam totalmente com a afirmação. No que respeita aos escalões etários, os que tendem a ficar menos incomodados com a pressão europeia em termos de política climática pertencem aos escalões etários mais novos, e, considerando a escolaridade, são os que concluíram o Ensino Superior os que menos discordam da potencial interferência das regras europeias.

Quanto à avaliação da prestação dos diferentes atores “para combater as AC” verifica-se uma perceção generalizada de que vários sectores e entidades responsáveis estão a fazer esforços insuficientes para combater as AC. A começar pelos **partidos políticos, que são vistos de forma bastante crítica, com a esmagadora maioria dos inquiridos a considerar que estão a fazer “muito/demasiado pouco”.**

Segue-se o **Governo (ou Governos), que também é visto de forma crítica**, com 31,4% a considerarem que este está a fazer “muito pouco” e 47% a considerar que está a fazer “pouco”, o que manifesta a insatisfação do público com a capacidade política para implementar mudanças significativas (figura 15).

O **sector empresarial/económico, mas também os sindicatos, são vistos como ainda pouco empenhados no combate às AC** — com 26,7% dos inquiridos a considerarem que o sector empresarial está a fazer “muito pouco” e 51% a afirmarem que está a fazer “pouco”, e, quase a par, o reconhecimento de que os próprios sindicatos não estão empenhados nesta matéria, o que é, aliás, coerente com o facto de praticamente não existirem normas sobre a proteção dos trabalhadores face aos impactos das AC em Portugal (Schmidt et al., 2025).

Por seu lado, **a ciência e também as organizações não governamentais (ONG) recebem uma avaliação mais positiva** no combate aos impactos das AC. A ciência, em particular, é a entidade mais bem cotada na sua pró-atividade, com 36,8% dos inquiridos a considerarem que está a fazer “exatamente” o que é necessário e 26,9% a acharem que está a fazer muito. As ONG também são vistas de forma favorável, com uma média de 30,8% e 24,4% a considerar que estão a fazer “muito” ou “demasiado”.

Os resultados mostram que existe uma forte perceção de que **os intervenientes mais responsáveis pela aplicação efetiva das políticas públicas ainda não estão a fazer o suficiente para enfrentar os desafios das AC**, enquanto

## Prioridades na proteção ambiental (%)

Figura 17



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

**as entidades científicas e as ONG são reconhecidas pelo seu papel positivo e pró-ativo.**

**Já quando se trata de identificar os atores que mais podem contribuir para lidar com a crise climática e ambiental, os resultados evidenciam que o governo é visto como o ator mais capaz de contribuir para a superação da crise**, com 64,7% dos inquiridos a selecionarem-no como entidade-chave. Tal mostra que a maioria tem a expectativa de que o governo desempenhe um papel (mais) ativo e reforça a ideia da importância de implementar políticas e regulamentos que possam efetivamente mitigar os efeitos das AC e promover a sustentabilidade ambiental (*figura 16*).

**A União Europeia (UE) também é altamente considerada, com 52,3% dos inquiridos a identificarem-na como um ator crucial na luta contra a crise climática** — o que se alinha com a pressão externa que a UE exerce enquanto agente crucial para gerar mudanças nas políticas internas necessárias (Schmidt, 2023; Soromenho-Marques, 2021).

**O sector empresarial/económico é outro ator importante**, escolhido por 40,1% dos inquiridos, o que demonstra a perceção de que as empresas desempenham um papel significativo, especialmente no que diz respeito à inovação e à transição para práticas mais sustentáveis.

**Os cidadãos (32,5%) e o sector académico (31%) são também vistos como capazes de dar contributos valiosos**, este último pelo seu contributo em termos de investigação, desenvolvimento tecnológico e educação sobre questões ambientais.

Especificamente em relação ao contributo dos cidadãos para a crise ambiental e climática são sobretudo os mais jovens que lhes atribuem maior importância, contrastando com os indivíduos mais velhos, que são menos propensos a defenderem esta posição.

**Também a Administração Local é relevante para cerca de um quarto da população inquirida, o que é coerente com o papel crescente das autarquias nas estratégias e planos de ação climática** (Schmidt et al., 2018).

Por outro lado, atores como **os sindicatos (2,2%) e os partidos políticos (11,9%) foram menos reconhecidos** como potenciais contribuintes significativos para a superação da crise ambiental e climática.

Em síntese, os resultados indicam que a população portuguesa acredita que, apesar de ainda fazerem reconhecida pouco, serão os governos, a União Europeia e o sector empresarial os atores com maior capacidade para liderar a resposta à crise climática. Já os sindicatos e os partidos políticos são vistos como menos influentes e também menos empenhados neste contexto.

Não obstante, é interessante notar que o Governo, a União Europeia e o sector empresarial estão entre os que recolhem as avaliações de desempenho mais modestas ou até negativas, na medida em que a maioria dos inquiridos considera que fazem “pouco” para enfrentar os problemas ambientais e as AC (ver figura 15). Existe, assim, um hiato entre o reconhecimento da importância e competência dos responsáveis políticos e empresariais para contribuir para as respostas à crise climática e a perceção do atual fraco desempenho na abordagem dos problemas. Este contraste indica que a população espera que o governo, a UE e as empresas façam mais para dar resposta à crise climática. E em muitos domínios, como mostra a pergunta seguinte, a maioria estaria disposta a apoiar medidas para proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

De facto, relativamente ao apoio a **medidas que promovam a proteção do clima e do ambiente**, os resultados obtidos revelam uma aposta significativa em várias iniciativas destinadas à transição climática e energética (*figura 17*).

A medida que recebeu maior apoio foi a **expansão da rede e frequência de transportes públicos (sobretudo suburbanos)**, o que é um problema reconhecidamente grave, mais ainda com a crise da habitação, articulada com os processos de “gentrificação” que as grandes cidades têm sofrido com a crescente “expulsão” das populações dos centros urbanos para subúrbios cada vez mais longínquos. Segue-se a **redução do preço dos transportes públicos locais**, com 74,3% dos inquiridos a concordarem totalmente com a medida, o que reforça a importância atribuída à questão da mobilidade urbana e suburbana, cuja debilidade no país é reconhecida e crítica.

Outras medidas importantes prendem-se com a **expansão, democratização e descentralização das energias renováveis**, tais como a construção de mais turbinas eólicas e a instalação obrigatória de energia solar em edifícios públicos e privados novos.

A única medida que tem menor número de apoiantes é a **introdução de uma portagem para os automóveis**, de modo que aqueles que conduzem mais paguem também mais — com 18% dos inquiridos a concordarem totalmente e 19,4% a recusarem totalmente a medida. Já a taxa climática sobre os bilhetes de avião tem o apoio da maioria dos portugueses.

Em suma, os resultados evidenciam um forte apoio a medidas que promovam as acessibilidades eficientes e a transição para as energias renováveis, enquanto as medidas que envolvem custos diretos e individuais, como aumento de preços e portagens, são mais controversas. Estes dados sugerem que, para garantir a aceitação pública, as políticas climáticas devem equilibrar a eficácia ambiental com a justiça socioeconómica



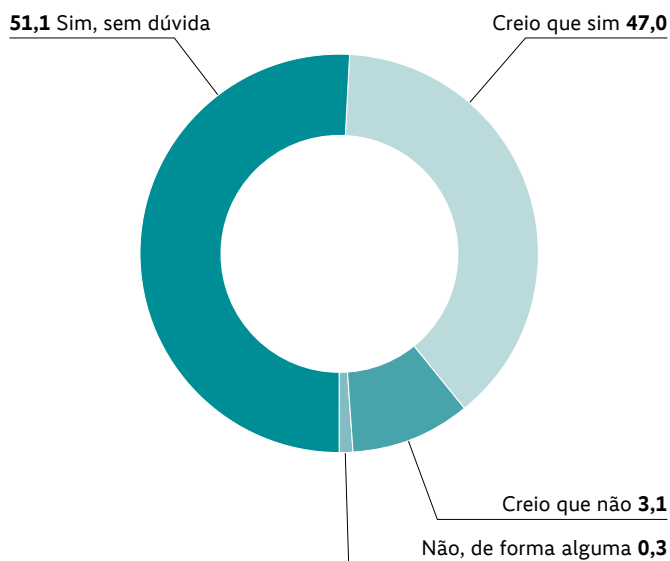
## 2.

# Informação, Desinformação e Dilemas

No que respeita à **informação e aos debates relativos ao problema das AC, os resultados revelam elevados níveis de interesse pelo assunto**. A percentagem de pessoas que se autocalificaram como “muito interessadas” (38,1%) e “interessadas” (51,1%) totalizou 89,2%, o que indica uma ampla atenção e sensibilização para o tema das AC. Apenas 10,8% dos inquiridos mostraram pouco interesse sobre o tema, contando-se entre estes sobretudo os homens, os inquiridos entre os 18 e 29 anos e os que só estudaram até ao 1.º Ciclo do Ensino Básico. Em contraste, a maior proporção de inquiridos que se interessam muito pelas AC encontra-se no escalão dos que possuem Ensino Superior (41,9%). (figura 18).

### Níveis de interesse dos portugueses pelo tema das AC (%)

Figura 18



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

Estes dados sublinham o quadro geral de um elevado nível de empenhamento nas questões climáticas, com a maioria dos inquiridos a reconhecer a importância e a urgência do tema, revelando também uma consciencialização crescente quanto à gravidade do problema e aos seus impactos atuais e futuros.

A análise dos resultados sublinha, por conseguinte, a importância de continuar a promover a educação ambiental e a incentivar a participação do público nas questões climáticas, utilizando o interesse demonstrado para impulsionar ações concretas e sustentáveis.

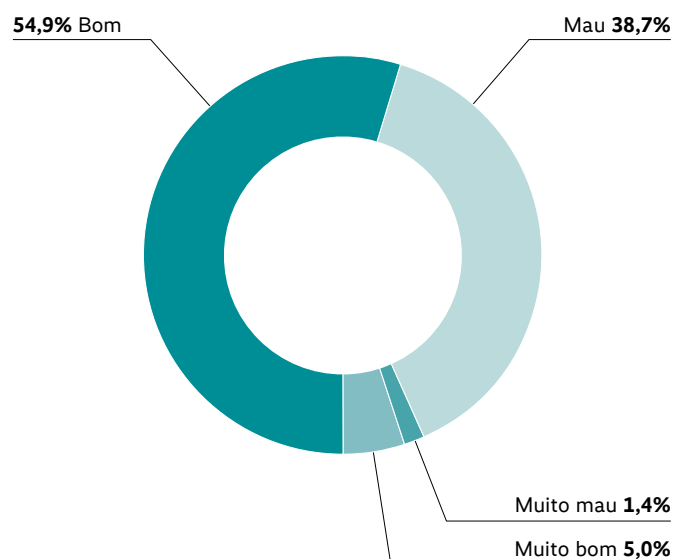
Os resultados da análise cruzada das categorias dos *milieux* sugerem variações significativas no envolvimento dos diferentes *milieux* com o tema em questão. Os Progressistas Realistas, os Cosmopolitas-Vanguardistas, e os Intelectuais destacam-se como os mais entusiásticos, enquanto os Tradicionalistas e os Consumidores-Materialistas mostram maior desinteresse ou pouco envolvimento. Esses padrões refletem as diferenças nos valores, estilos de vida e prioridades associados a cada grupo cultural.

Os resultados do indicador sobre o **nível pessoal de informação acerca das “medidas políticas necessárias para incentivar uma economia mais respeitadora do ambiente e do clima”** revelam que mais de metade dos inquiridos se sente “bem” ou “muito bem” informada sobre o tema (59,9%), evidenciando um nível razoável de autoconfiança quanto ao seu conhecimento sobre as políticas que melhor articulam uma economia compatível com o ambiente e as AC (figura 19).

Em contrapartida, 40,1% dos inquiridos sentem-se “mal” informados sobre as políticas necessárias para uma economia mais ecológica. Entre estes, destacam-se mais mulheres do que homens e também os grupos menos escolarizados.

### Nível de informação sobre medidas políticas para uma economia mais respeitadora do ambiente e do clima (%)

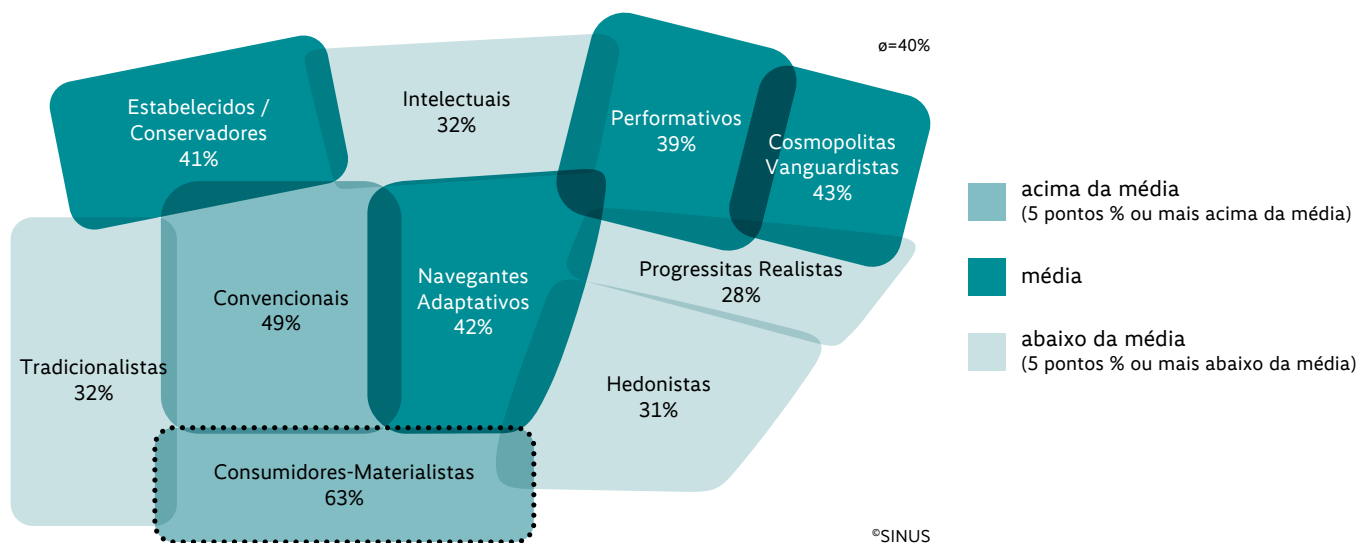
Figura 19



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

## Nível de informação sobre medidas económicas mais respeitadoras do ambiente e do clima por **milieu** (%)

“Mau” / “Muito mau”



Base: 1200 inquiridos, total da amostra; valores em %

Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

### Quanto aos que consideram ter um bom conhecimento sobre este tema, destacam-se os homens, os inquiridos em idade ativa (dos 40 até 49 anos) e os que concluíram o Ensino Superior.

A análise destes dados torna evidente a necessidade urgente de melhorar a divulgação e a clareza da informação sobre a política ambiental e das AC na sua articulação com a economia, face à elevada proporção de indivíduos que se sentem mal informados sobre o assunto, o que indica a necessidade de reforçar as iniciativas de comunicação e clareza da informação sobre política ambiental e climática e, desta forma, aumentar a sensibilização e o envolvimento do público na construção de uma economia e ambiente sustentáveis.

A análise sobre a avaliação do nível de informação em relação às medidas políticas destinadas a uma economia mais sustentável revela diferenças relevantes: a maioria dos inquiridos considera o seu nível de informação “Bom” (54,9%), enquanto 38,6% o avaliam como “Mau” e apenas 5,0% o classificam como “Muito bom”.

Quanto aos milieus (figura 20), os Progressistas Realistas (66,4%) e os Intelectuais (63,0%) destacam-se com as maiores proporções de respostas de “Bom” conhecimento sobre a articulação entre ambiente e economia. Já os Consumidores-Materialistas e os Convençionais destacam-se negativamente pela elevada proporção de respostas “Mau” (61,0% e 47,7%, respetivamente), e nenhuma resposta “Muito bom”, denotando menor auto percepção de informação nesse grupo.

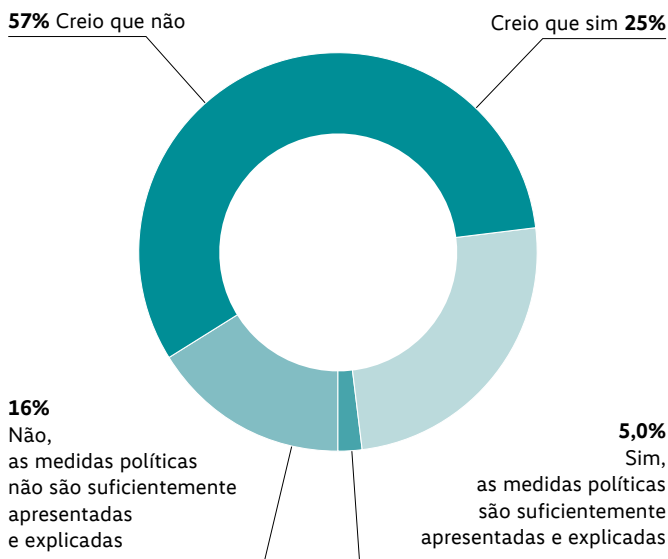
Refletindo sobre estes resultados, constata-se que existe uma disparidade significativa na auto percepção do nível de informação entre os grupos, influenciada pelos seus valores e estilos de vida. Grupos mais progressistas e intelectuais tendem a sentir-se mais bem informados, enquanto aqueles com orientações mais materialistas ou convencionais mostram lacunas informativas. Este cenário reforça a necessidade de políticas de comunicação direcionadas que tenham em conta as especificidades de cada grupo, promovendo maior literacia ambiental e climática em segmentos mais vulneráveis à desinformação.

Neste sentido, a análise aos resultados da pergunta sobre a **clareza — apresentação e explicação suficientes — das medidas políticas necessárias para uma economia mais sustentável e ecológica revela um quadro de insatisfação geral**. Apenas 27,4% dos inquiridos consideram que estas medidas são “suficientemente explicadas e esclarecidas”, enquanto uma clara maioria de 56,3% mais 16,2% respondeu que as medidas “não são suficientemente explicadas e esclarecidas”, confirmando a impressão geral de falta de transparência e de comunicação eficaz sobre as medidas de transição para uma economia mais verde (figura 21).

A elevada percentagem de insatisfação e a baixa pontuação média indicam uma lacuna significativa na forma pouco eficaz como as políticas são apresentadas ao público, o que aponta para a necessidade de evidenciar e fazer acontecer para que as pessoas melhor entendam as medidas e políticas públicas neste âmbito e adiram a estas.

## Clareza das medidas políticas para uma economia mais ecológica (%)

Figura 21



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

A pergunta do inquérito sobre o nível de **conhecimentos dos participantes em matéria de questões ecológicas** e problemas ambientais revela um quadro **contrastante**, com um pouco mais de metade dos inquiridos a fazer uma autoavaliação positiva da sua compreensão das questões ecológicas e ambientais, e um pouco menos de metade a manifestar iliteracia ambiental (figura 22).

De acordo com os resultados, 7,6% dos participantes consideram o seu conhecimento “muito elevado” e 50,2% consideram-no “elevado”, enquanto 40,6% dos inquiridos classificam o seu conhecimento como “reduzido” e 1,6% dizem que é “muito reduzido”.

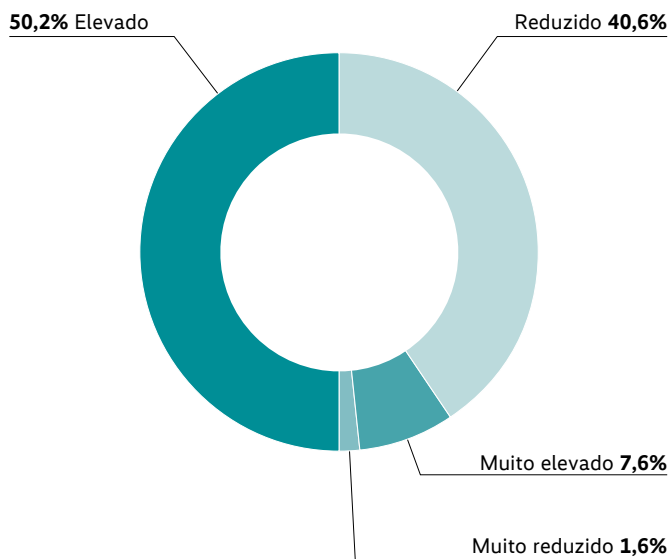
Os resultados sugerem que é importante melhorar a informação, o conhecimento e a comunicação e, acima de tudo, a clareza e o empenho na aplicação prática de medidas que proporcionem mudanças efetivas.

Já no que diz respeito à afirmação “Uma maior proteção do ambiente também significa mais qualidade de vida e saúde para todos”, o grau de concordância mais intenso é, só por si, esmagador (71,6%). Este consenso generalizado entre os inquiridos repercute-se, depois, nos diferentes *milieux*.

De forma geral, os dados sugerem que a maioria dos grupos reconhece uma relação positiva entre proteção ambiental e qualidade de vida. Grupos como os Intelectuais e os Progressistas Realistas, que tendem a ser mais conscientes em relação a temas ambientais, destacam-se pela concordância absoluta. Já os Hedonistas e Navegantes

## Nível de conhecimento declarado sobre questões ecológicas e problemas ambientais (%)

Figura 22

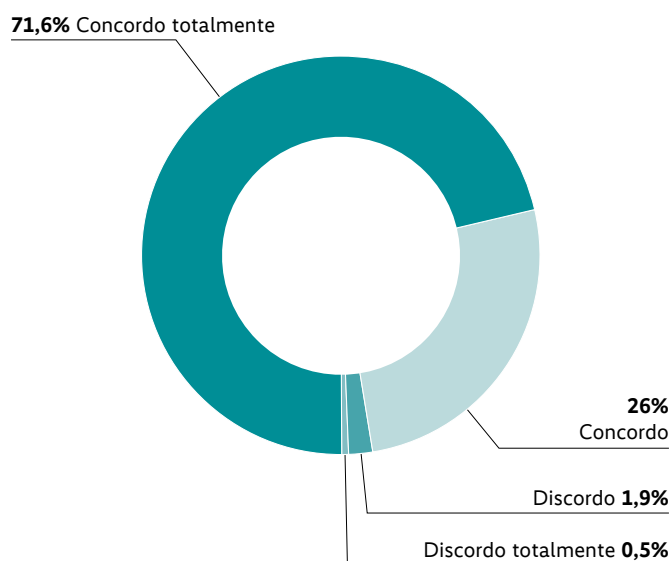


Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

Adaptativos demonstram ligeiramente menor adesão à ideia, apontando para possíveis barreiras culturais ou de interesses que necessitam de estratégias comunicativas mais direcionadas.

## Uma maior proteção do ambiente também significa mais qualidade de vida e saúde para todos

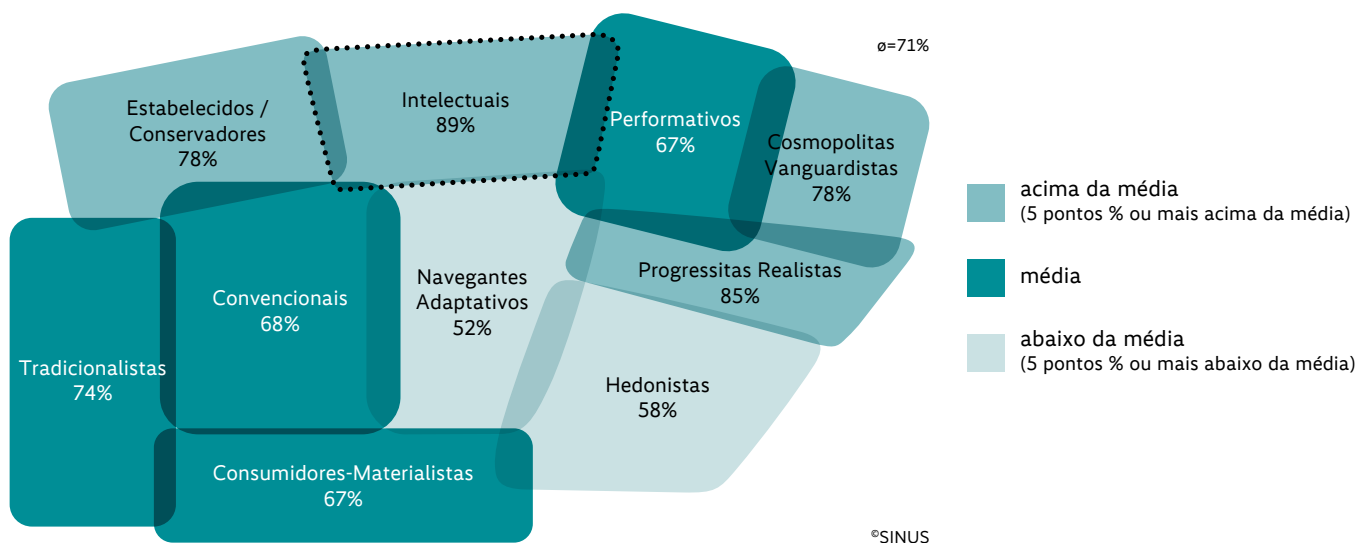
Figura 23



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

# Uma maior proteção do ambiente também significa mais qualidade de vida e saúde para todos por **milieu** (%)

“Concordo totalmente”



Base: 1200 inquiridos, total da amostra; valores em %

Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

### 3.

## Transição Energética: relevância e adesão

Nas questões seguintes aprofundam-se as atitudes face à transição energética. Começa-se por se questionar a possibilidade de cada um se “envolver ativamente na configuração do abastecimento energético à comunidade”. Os resultados revelam uma **predisposição significativa por parte da população para participar na transição energética à escala local**: cerca de 80% dos inquiridos indicaram que se imaginariam a desempenhar um papel ativo neste contexto, ou seja, acham concebível envolverem-se diretamente no sistema de abastecimento de eletricidade à escala local (figura 25). Demonstram, assim, uma ampla abertura para participar em iniciativas locais relacionadas com a energia renovável e vontade de o fazer, através seja de cooperativas, seja de apoios financeiros, seja de projetos comunitários.

Entre os que mais acreditam poder participar na transição energética, estão os grupos etários em idade ativa (30–49 anos) e os que têm ensino superior ou terminaram o secundário ou o profissional, encontrando-se a única exceção a esta tendência dominante entre os indivíduos que completaram só o 1.º Ciclo do Ensino Básico, com um nível de confiança de participação nestes processos abaixo da metade (46,3%).

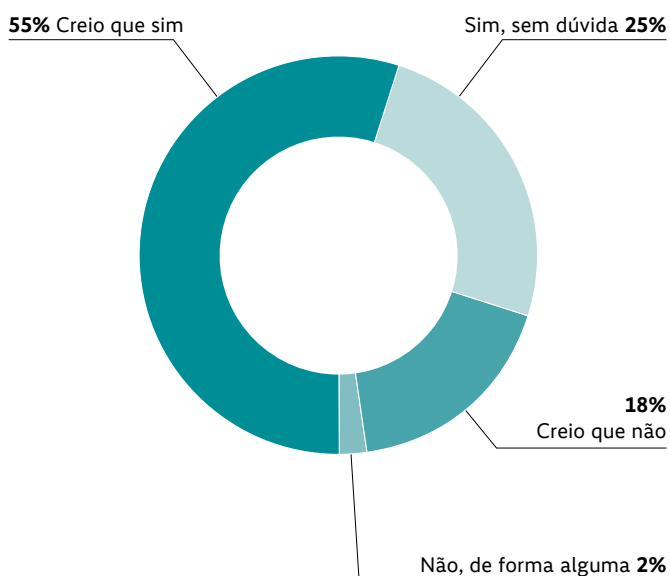
Aliás, **apenas 20,4% dos inquiridos responderam que não estavam disponíveis para participar nos processos de transição energética local**. Esta minoria que se sente reticente ou desinteressada em envolver-se ativamente neste tipo de iniciativas é constituída maioritariamente por mulheres (22,4%), pelos inquiridos mais velhos (29%) e pelos que estudaram apenas até ao 1.º Ciclo do Ensino Básico (28,8%).

A análise dos resultados relativamente aos perfis de *milieux* revela variações substantivas: os grupos que mais se destacaram nesta categoria foram os Performativos (39,8%) e os Cosmopolitas-Vanguardistas (36,1%), seguidos pelos Intelectuais (28,8%) e Progressistas Realistas (28,6%). Já os Navegantes Adaptativos (14,2%) e os Convencionais (17,8%) apresentaram as menores taxas.

Os resultados indicam, assim, uma clara tendência positiva e uma elevada predisposição para o envolvimento cívico na área das energias renováveis a nível local, com a maioria dos inquiridos a mostrar vontade de se envolver ativamente na definição do abastecimento energético da sua comunidade. Isto sugere que as políticas e projetos que incentivam e facilitam a participação das comunidades locais na transição energética podem encontrar um terreno fértil para o seu desenvolvimento.

Transição Energética local e participação cívica ativa (%)

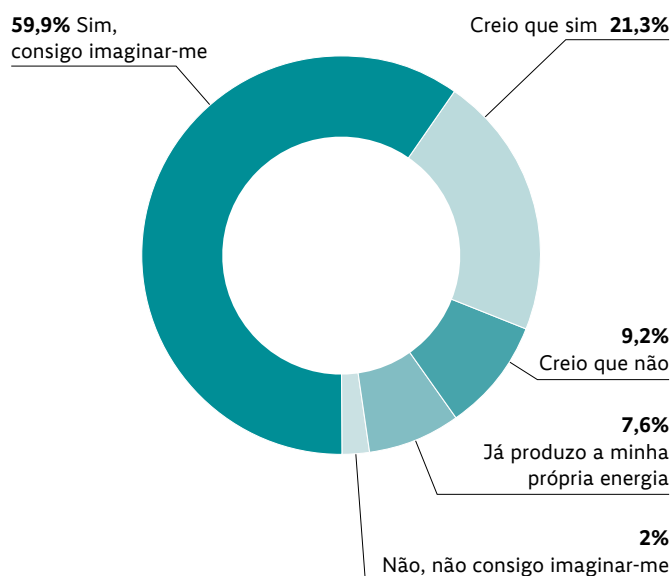
Figura 25



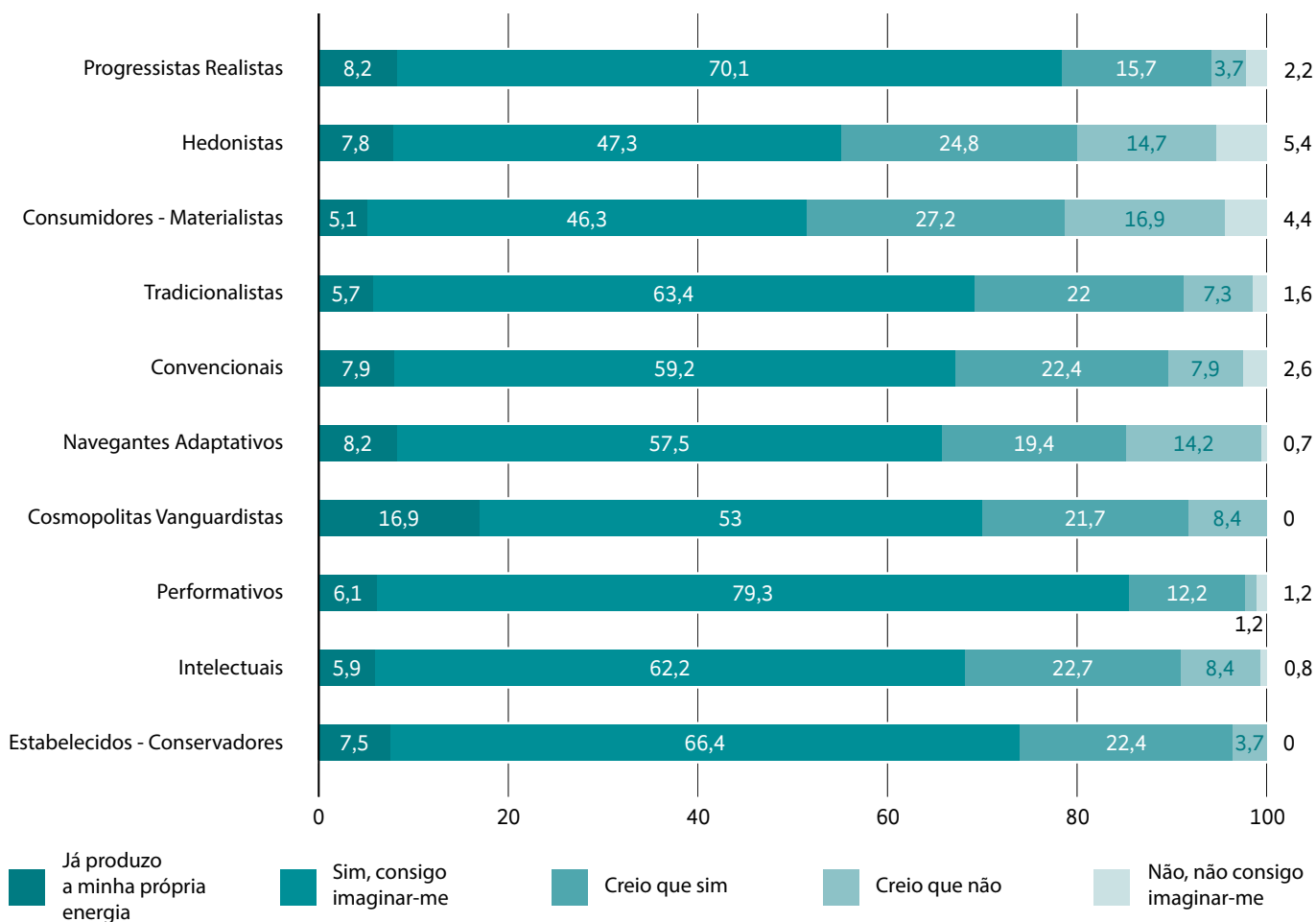
Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

Possibilidade de produção própria de energia (%)

Figura 26



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

De resto, à pergunta “consegue imaginar-se a produzir a sua própria energia (por exemplo, instalando painéis solares no seu telhado ou varanda)?”, as respostas fornecem informações relevantes sobre a vontade da população de adotar práticas de produção da sua própria energia: além dos 7,6% de inquiridos que indicaram já produzir a sua própria energia, 81,2% afirmaram que conseguem, sim, imaginar-se a produzir a sua própria energia, o que revela, por um lado, uma **grande abertura para adotar tecnologias de produção de energia doméstica e interesse em fazê-lo e, por outro lado, a convicção de que tal pode ser efetivamente implementado** (figura 26).

Entre os inquiridos que concebem a possibilidade de produzir a própria energia, destacam-se os que estão em idade ativa (entre 40 e 49 anos – 72,7%) e os que concluíram o Ensino Superior (64,5%) e terminaram os estudos no Ensino Secundário ou Profissional (61,1%). Pela negativa encontram-se os inquiridos pertencentes aos grupos etários mais velhos e menos escolarizados; mesmo assim, 44,9% conseguem imaginar-se a tomar este tipo de iniciativa, sendo que apenas 11,2% responderam que não, não conseguem imaginar-se a produzir a sua própria energia em nenhuma circunstância.

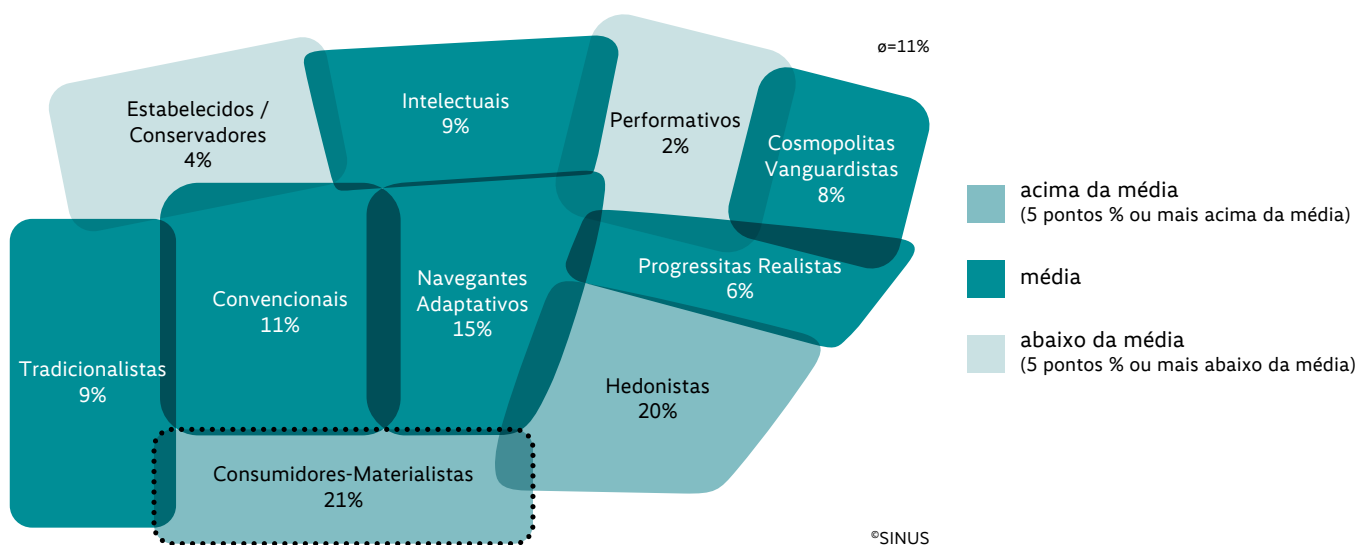
Quanto aos *milieux* (figura 27), genericamente, a maioria dos participantes demonstra-se aberta à ideia de produzir a sua própria energia, especialmente os grupos mais inovadores, como os Performativos (79,3%) e os Progressistas Realistas (70,1%). Já a opção “Não, não consigo imaginar-me” foi a menos escolhida, com apenas 2,0% de respostas. Esta reação foi mais comum entre os Hedonistas (5,4%) e os Convencionais (4,4%).

Entre os que produzem a sua própria energia, o grupo Cosmopolitas Vanguardistas chama atenção por apresentar a maior proporção de indivíduos que já o fazem (16,9%), o que pode ser explicado pelo seu perfil inovador e orientado para soluções sustentáveis.

Os resultados indicam, assim, uma atitude predominantemente positiva em relação à produção da sua própria energia, sugerindo que, com políticas de incentivo adequadas, tais como subsídios para a instalação de painéis solares e campanhas de sensibilização que demonstram os benefícios práticos e financeiros da adoção da energia autoproduzida, esta pode crescer exponencialmente.

## Recusa da possibilidade de produção própria de energia por *milieu* (%)

“Concordo totalmente”



Base: 1200 inquiridos, total da amostra; valores em %

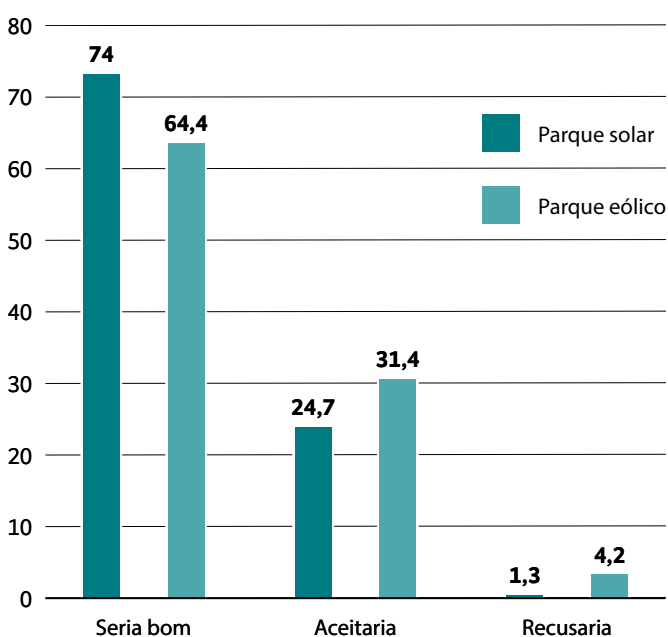
Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

Se isolarmos apenas as respostas negativas (figura 28), ou seja, a recusa mais ou menos liminar de produção própria de energia, verificamos que são os Estabelecidos/Conservadores e os Performativos que se destacam com os valores mais baixos e os Consumidores-Materialistas e os Hedonistas

que tendem a recusar a ideia com maiores percentagens: 21% e 20% respetivamente. Sem pôr em causa outros fatores, talvez diferentes capacidades financeiras possam explicar tais discrepâncias de posição.

## Adesão social à instalação de parques solares e eólicos se houver benefícios para a comunidade (%)

Figura 29



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

Em termos gerais, os resultados relativos à questão sobre a **aceitação da construção de parques solares e eólicos na comunidade, desde que os lucros beneficiem a própria comunidade**, expressam de igual modo uma atitude positiva relativamente às energias renováveis. No caso dos parques solares, 74% dos inquiridos consideram a sua construção “boa”, enquanto 24,7% aceitam a ideia e apenas 1,3% rejeitam a construção (figura 29).

No que diz respeito aos parques eólicos, 64,4% dos inquiridos consideram a sua construção “boa” e 31,4% aceitam-na, o que revela uma atitude igualmente positiva, sendo que apenas 4,2% dos inquiridos rejeitam a construção de estruturas eólicas.

Estes resultados indicam que ambos os tipos de parques à escala local são aceites, sugerindo um forte apoio a projetos de energias renováveis, mas apenas quando os benefícios económicos são dirigidos para a comunidade local — o que implica envolver diretamente as comunidades, e também indica que os inquiridos estarão a referir-se não a megacentrais, mas a parques de escala intermédia ou pequena —, nomeadamente o investimento em comunidades energéticas, o que é consistente com a questão anterior.

Quanto à pergunta sobre “estratégias para obter conforto térmico”, ou seja, **como alterar a forma como as casas são aquecidas de modo a combater as AC, revela-se uma clara preferência por soluções que envolvam o financiamento público de tecnologias neutras para o clima e a substituição de sistemas de aquecimento**: 70,3% dos inquiridos acreditam que a melhor forma de fazer esta transição é através de mais financiamento público. Esta resposta evidencia a necessidade de mais e melhores apoios públicos para facilitar a mudança, refletindo uma clara dependência de incentivos financeiros como um meio eficaz de promover práticas mais sustentáveis (figura 30).

Apenas 4,4% dos inquiridos consideram que a solução deveria passar pelo aumento do preço do petróleo, do gás e do carvão, o que sugere que a esmagadora maioria não vê a penalização financeira dos combustíveis fósseis como a melhor abordagem para incentivar a mudança.

Por outro lado, 13,9% dos inquiridos apoiam a imposição de proibições relativamente a algumas estratégias de aquecimento — destacadamente os homens e os sectores etários mais novos —, enquanto 11,4% indicaram que existem outras opções além das mencionadas, o que pode refletir uma visão mais diversificada da forma de enfrentar este desafio.

Em suma, regista-se uma clara inclinação para o **financiamento público como solução preferida para a instalação e utilização de energias renováveis**. Estes resultados mostram que a maioria dos inquiridos prefere abordagens que

envolvam o apoio direto e incentivos dos governos para facilitar a transição energética, em vez de medidas punitivas ou restritivas.

Quanto à questão sobre a **relevância estratégica das energias renováveis face à guerra na Ucrânia**, esta revela uma perceção significativa da necessidade de uma maior segurança energética através do incentivo às fontes de energias renováveis. A maioria dos inquiridos, 41,9%, afirmou que as energias renováveis, como a solar e a eólica, se tornaram mais importantes para eles devido à guerra (figura 31).

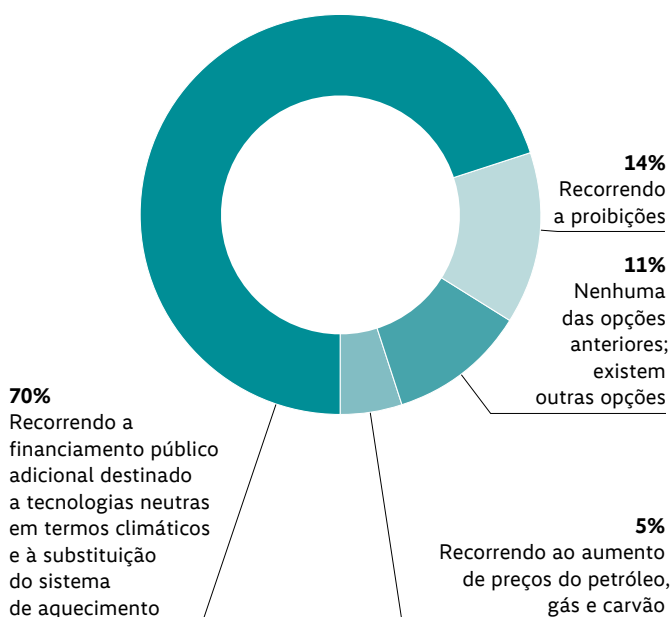
Acresce que a guerra na Ucrânia catalisou a valorização das energias renováveis, com a maioria dos inquiridos a reconhecer a necessidade de se afastar das fontes de energia tradicionais que são vulneráveis às flutuações geopolíticas.

Quanto às condições solicitadas na transição do fornecimento elétrico e térmico para energias renováveis, os resultados obtidos no inquérito mostram **preocupação com “os trabalhadores afetados (por exemplo em caso de perda de emprego)”**, evidenciando a **necessidade de um forte apoio social e financeiro durante os processos de transição energética** (figura 32).

A afirmação que recebeu mais apoio foi, aliás, a de que “os trabalhadores afetados devem ser apoiados na reconversão profissional para empregos alternativos”, com 63,8% dos inquiridos a concordarem totalmente e 32,9%

### Estratégias para obter conforto térmico/aquecimento em casa (%)

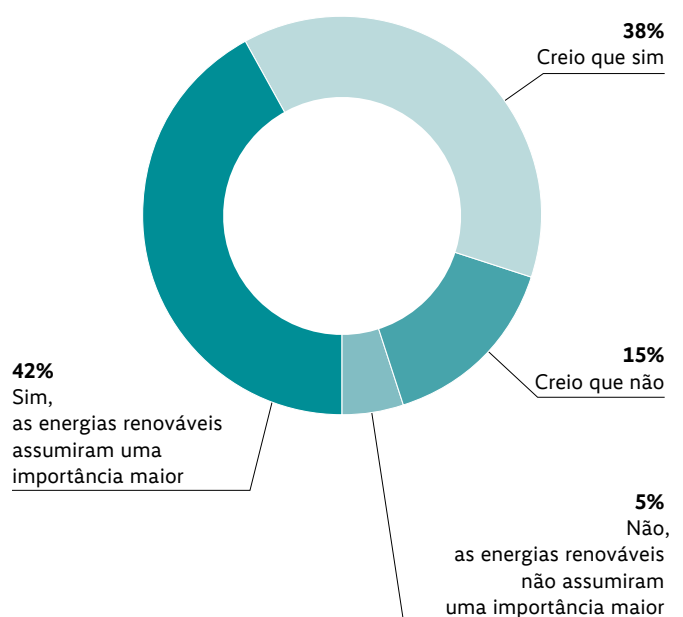
Figura 30



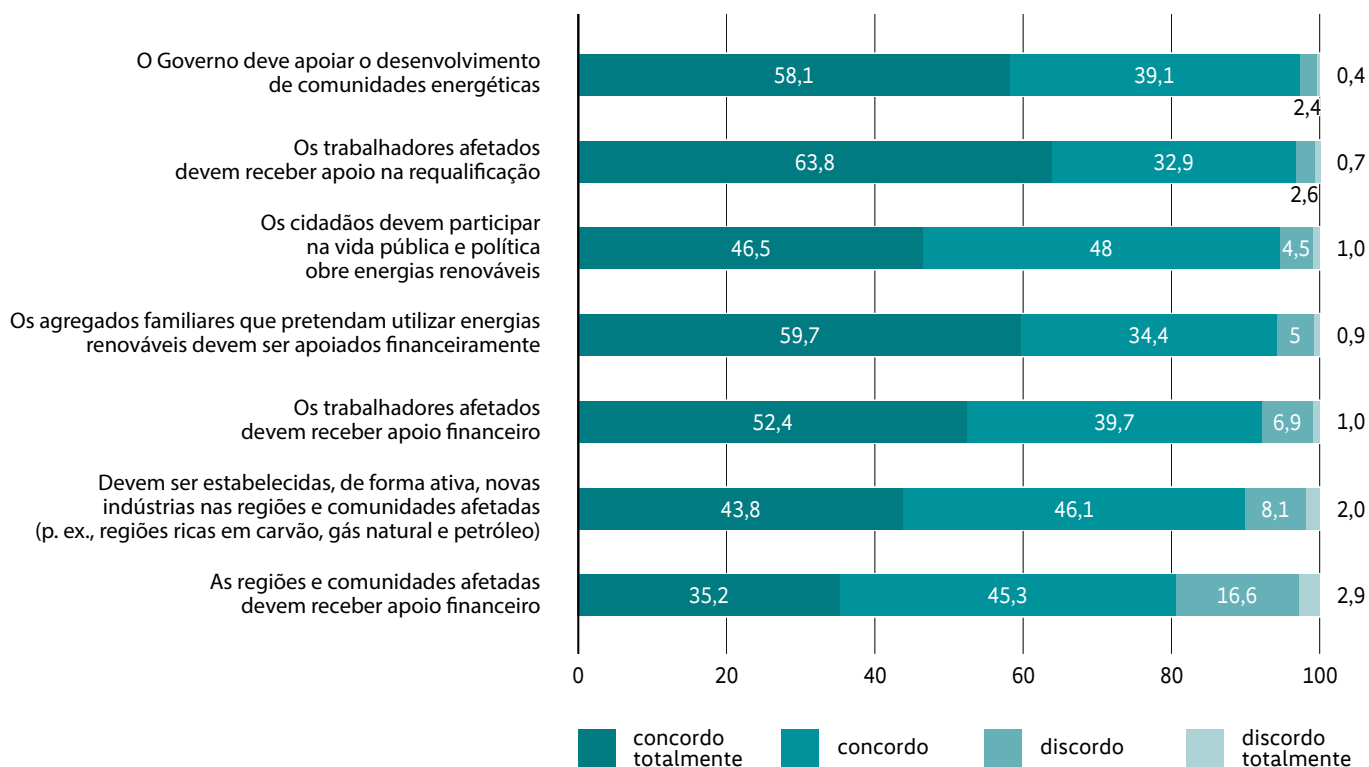
Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

### Relevância estratégica atribuída às energias renováveis perante a guerra da Ucrânia (%)

Figura 31



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

a concordarem. Esta quase unanimidade reflete uma forte preocupação social com a situação dos trabalhadores e a importância de garantir que a transição para as energias renováveis não resulte em perdas significativas de postos de trabalho sem apoio e soluções de resposta adequada.

Outra medida considerada muito importante é o “apoio financeiro às famílias que pretendam utilizar energias renováveis”, com 59,7% de total concordância. Este facto realça a importância de tornar a transição energética acessível a todos, facilitando o acesso dos agregados familiares às tecnologias limpas através de subsídios ou incentivos financeiros, levando em conta as manchas de pobreza energética que afetam o nosso país (Horta et al., 2019). Também o apoio financeiro às regiões e municípios afetados (35,2% concordam totalmente) e à criação de novas indústrias nas regiões afetadas (43,8% concordam totalmente) tiveram um apoio significativo. Estes resultados sugerem que, embora os inquiridos reconheçam a necessidade de apoiar as regiões em transição energética para as energias renováveis e que esta transição é urgente, se torna fundamental o apoio direto aos trabalhadores e às famílias, evidenciando que as preocupações com a *equidade social* e o combate às desigualdades estão sempre presentes para a maioria dos portugueses.

Por último, a participação dos cidadãos na vida pública e política durante a transição energética também foi muito valorizada, com 94,5% a concordarem ou a concordarem

totalmente. Este facto indica um reconhecimento da importância da inclusão social e da participação das comunidades locais na definição de políticas energéticas sustentáveis.

Em síntese, dir-se-ia que **os resultados refletem um consenso claro sobre a necessidade e a urgência de avançar continuamente e sustentavelmente com a transição energética do país no sentido da generalização (descentralização e democratização) das energias renováveis. A par disso, sublinha-se a necessidade da participação e inclusão das comunidades locais, bem como a ideia de uma transição justa que implique prestar apoio social e financeiro aos trabalhadores e às famílias durante os processos de transição para as energias renováveis. A proteção do emprego, o apoio financeiro, o investimento em formação e a participação dos cidadãos nas decisões são considerados pilares fundamentais para uma transição energética justa e eficaz.**

Estes resultados indicam assim uma expectativa generalizada entre a população de que o Estado deve promover a transição para as energias renováveis através do recurso a subsídios.

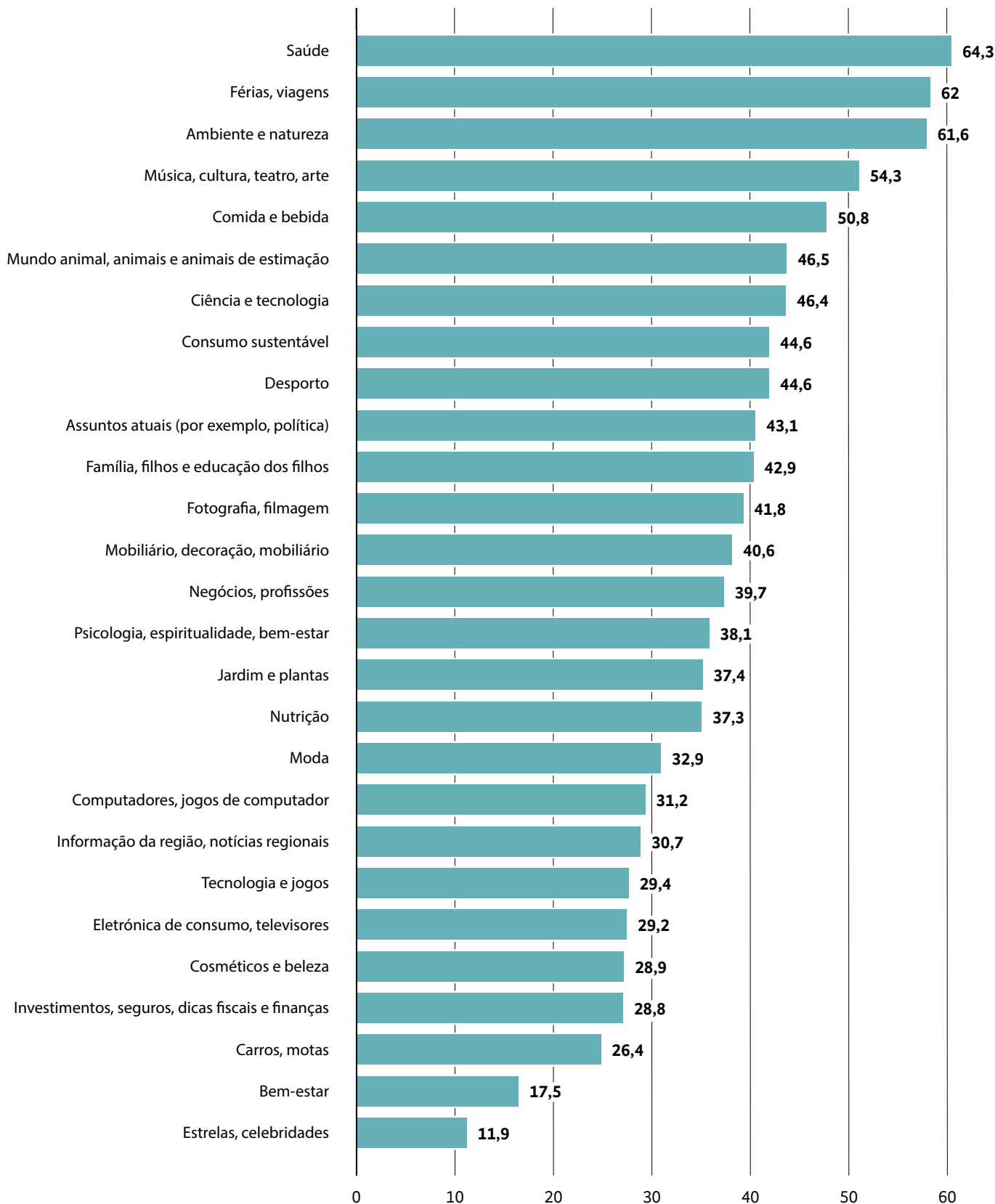
Finalmente, já fora da transição energética, quando se questionam os inquiridos sobre os temas que lhes despertam maior interesse, registem-se os três temas que os portugueses privilegiam. A saúde surge mais uma vez como tema predominante (64,3% com muito interesse nesta área)

(figura 33); seguem-se as Férias e Viagens (62%) e o Ambiente e Natureza (61,6%), que constituem também temas de elevado interesse, revelando preocupação tanto com o lazer, como com a conservação da natureza e a boa qualidade

ambiental. O interesse pelo ambiente é, aliás, significativo num contexto em que as AC e a sustentabilidade se tornaram questões centrais, como vimos ao longo deste inquérito.

## Temas que despertam mais interesse (%)

Figura 33



Fonte: Elaboração própria a partir do SINUS.

# Notas Conclusivas e Recomendações

Tomados agora no seu conjunto, os resultados indicam que os portugueses estão acima de tudo preocupados com as questões da saúde e também com a sua própria sustentabilidade social e económica, sobretudo no que respeita ao acesso à habitação e ao “sustento corrente de vida” (emprego, salários e custo de vida), e com fatores de “desarmonia social” manifestos nas desigualdades e na pobreza.

Ao mesmo tempo, revela-se também a preocupação com o ambiente e os seus efeitos negativos e, muito particularmente, com os impactos das alterações climáticas (AC) — que consideram ser um problema de enorme relevância e até o maior desafio para a conservação dos meios de subsistência. Os seus impactos mais diretos no país identificados pelos inquiridos são a escassez hídrica, os incêndios florestais, as ondas de calor e frio, o problema dos oceanos e a subida do nível médio do mar.

Neste sentido, manifestam também atenção e algum grau de conhecimento sobre a questão das AC, muito embora reconhecendo que é preciso saber mais e melhor, sublinhando a necessidade de políticas públicas efetivas, ou seja, postas em prática e mais bem explicadas de modo a criar potencial de adesão. Uma visão crítica relativamente à invisibilidade das medidas e políticas em matéria de combate às AC (tanto de mitigação como de adaptação) leva a uma atitude manifestamente cética face às instituições oficiais e aos responsáveis administrativos que têm por função clarificar a importância das políticas através da sua efetiva aplicação de facto. Na mesma linha, destacam o reforço de uma regulação ambiental que defenda o interesse público, a par de uma ação fiscalizadora mais efetiva.

Os governos são, aliás, maioritariamente vistos pelos inquiridos sendo os atores mais capazes de contribuir para resolver a crise ambiental e climática, embora uma larga maioria considere que ainda fazem pouco, ou mesmo muito pouco. Uma questão central é também a necessidade de mais e melhor informação e comunicação em matéria ambiental, apelando para isso ao papel dos cientistas, dada a confiança que neles depositam.

A preocupação com a sustentabilidade — simultaneamente social, ambiental e económica — também se manifesta com uma tendência dominante para a necessária articulação entre ambiente e economia, sublinhando a importância crescente de considerar um modelo económico mais sustentável, bem como processos de transição justos.

Já a possibilidade e a necessidade da transição energética com adesão às energias renováveis e potencial produção e autoprodução destas é generalizadamente e, diríamos, entusiasticamente aceite. Todavia, também ela se apresenta

em enorme dependência das políticas públicas traduzidas em fundos e apoios públicos financeiros para a levar a cabo. Esta atitude verifica-se com maior intensidade entre os mais velhos, ficando clara a maior fragilidade destes grupos e a respetiva impreparação relativamente à transição energética, pelo que se carece de uma abordagem de mediação direta nesta matéria.

Uma constante neste e noutros inquéritos tem que ver com a escolaridade: as pessoas com formação universitária revelam-se não só mais conhecedoras, como as que assumem posições mais pró-ambientais e mais empenhadas nas mudanças necessárias e estão mais capacitadas para estas. É certo, no entanto, que a larga maioria dos inquiridos manifesta preocupação e predisposição para a mudança, pensando sobretudo nas gerações futuras.

Registam-se também três factos socialmente surpreendentes e desafiantes a ter em conta e a aprofundar, quando comparados com inquéritos anteriores:

- Se é verdade que, em geral, os grupos etários mais novos tendem maioritariamente a posicionar-se a favor da ação ambiental e climática, também é certo que neste inquérito surge uma pequena percentagem de jovens (cerca de 10%) reticentes perante as medidas ambientais e a própria transição energética e até contrários a estas — o que contradiz dados de inquéritos anteriores e merece aprofundamento. Trata-se sobretudo de jovens entre os 18 e 29 anos, homens e com níveis de escolaridade mais baixa.
- Outro aspeto tem que ver com a relação de proximidade à Natureza, registando-se uma certa redução, em termos comparativos, da vinculação à “vida natural” entre alguns grupos etários mais jovens, o que poderá indiciar que os estilos de vida e os processos de socialização destas gerações não estarão a contemplar suficientemente a experiência de contacto com o mundo natural.
- Um outro fator a carecer de aprofundamento situa-se no significado da dimensão coletiva *versus* mudança individual: quase metade dos inquiridos mostra ceticismo quanto ao contributo que a sua ação individual pode dar para a proteção do ambiente, enquanto uma larga maioria (84%) entende que seria capaz de aderir a novas práticas e mudar atitudes e comportamentos caso se tratasse de uma mudança/ação de cariz coletivo.

# Recomendações

Perante este cenário de preocupação extrema com os problemas ambientais e as alterações climáticas, e também face à potencial adesão às políticas públicas necessárias para lhes dar resposta, torna-se particularmente importante atuar sobretudo a cinco áreas:

- Informação e Comunicação — aproveitando a predisposição para a mudança, é fundamental mais e melhor informação que passe por processos comunicativos mais claros e apelativos, explicando as medidas de políticas públicas, os seus objetivos e benefícios a curto e médio prazo. É importante conhecer também os quadros comunicacionais em que se formam as atitudes contrárias.
- Participação e Ação Coletiva — registando-se uma tendência crescente para intervir nas decisões e vontade de contribuir para a mudança, é necessário criar oportunidades de participação cívica, nomeadamente através de “conselhos de cidadãos” à escala local e/ou outra. Ao mesmo tempo é necessário assegurar instituições que atuem com transparência e rigor em prol do bem comum.
- Energias Renováveis — sabendo-se que o país dispõe de recursos naturais que facilitam a produção de energias renováveis, nomeadamente o solar, e registando-se uma grande adesão pública a esta possibilidade, é urgente promover e sobretudo facilitar o autoconsumo coletivo e as Comunidades de Energia Renovável (CER), disseminando exemplos e *narrativas* de mudança positivas.
- Saúde, Ambiente e Natureza — tratando-se de uma articulação virtuosa, socialmente transversal e motivadora, dado que a saúde é muito valorizada pelos portugueses e uma espécie de tradutora universal dos problemas ambientais, torna-se crucial evidenciar os benefícios das melhorias ambientais e o papel essencial da natureza para a saúde e, assim, promover o empenho e o envolvimento direto das pessoas na ação ambiental e climática.
- Equidade e Bem-Estar — a preocupação manifesta relativamente às questões de justiça social nos processos de transição climática e energética implica apoios económicos diretos, claros e facilitados, tanto financeiros como explicativos, dirigidos sobretudo às populações mais vulneráveis. Implica também promover o envolvimento generalizado em ações de capacitação nestas matérias e ainda atender à equidade nas medidas adotadas.

# Referências Bibliográficas

Detsch, C. (2024). *Climate crunch questions. How social barriers can be overcome and sceptical Milieux brought on board in the social-ecological transformation. Country Report Germany*. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES).

Guerra, J., Schmidt, L., & López, I. (2020). Alterações climáticas, avaliação técnica e opinião pública: perspetivas ibéricas no contexto europeu. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, 19(44), 39–65.  
↗ <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2020v19n44p39>

Horta, A., Gouveia, J. P., Schmidt, L., Sousa, J. C., Palma, P., & Simões, S. (2019). Energy poverty in Portugal: combining vulnerability mapping with household interviews. *Energy & Buildings*.  
↗ <https://doi.org/10.1016/j.enbuild.2019.109423>

Schmidt, L. (Org.). (2023). 50 anos de políticas ambientais em Portugal — da Conferência de Estocolmo à atualidade. Edições Afrontamento.

Schmidt, L., Alves, A. F., Valente, S., & Mourato, J. (2018). Outlining community perceptions of climate change in local adaptation strategies development: the case of ClimAdaPT.Local. In F. Alves, W. Leal, & U. Azeiteiro, U. (Eds.), *Theory and practice of climate adaptation*. (pp. 219-233) Springer ISBN 978-3-319-72874-2.  
↗ [https://doi.org/10.1007/978-3-319-72874-2\\_13](https://doi.org/10.1007/978-3-319-72874-2_13) [Internacional]

Schmidt, L., Gomes, C., & Magalhães, C. (2025). A saúde dá trabalho — ausências e urgências para o bem-estar laboral. In P. Nicola, & L. Campos (Eds.), *Relatório Saúde e Ambiente 2024*. Observatório Português da Saúde e Ambiente (OPSA), Conselho Português para a Saúde e Ambiente.

Schmidt, L., Guerra, J. (2016). Desenvolvimento sustentável: tempo e circunstâncias de uma narrativa para o futuro [Sustainable development: Time and circumstances of a narrative for the future]. In F. L. Machado, A. N. de Almeida, & A. F. da Costa (eds.), *Sociologia e Sociedade: Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida* (pp. 421–445). Editora Mundos Sociais.

Smith, E. K., & Bogner, J. (2019). *A window for climate action*.  
↗ [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/document/65376/1/ssoar-2019-Smith\\_et\\_al-A\\_Window\\_for\\_Climate\\_Action.pdf](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/document/65376/1/ssoar-2019-Smith_et_al-A_Window_for_Climate_Action.pdf)

Soares, P. M. M., Lima, D. C. A., Cardoso, R. M., Nogueira, M., Lemos, G., Bento, V. A., & Trigo, R. M. (2024). National roadmap for adaptation 2100: Portuguese territorial climate change vulnerability assessment for XXI Century — Report WP2: Climate Projections, Extremes, and Indices (Mainland Portugal).  
↗ <https://doi.org/10.5281/zenodo.13915540>

Soromenho-Marques, V. (2021). Pacto Ecológico Europeu: Ambições e riscos, *Dirigir & Formar* — Revista do IEFP, 30, 22–25.

